



UMA EMPRESA  
**invepar**  
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

**Aos Acionistas**

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, a responsabilidade social da Concessionária BR 040 S.A. – Via040.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**Introdução**

**A Via 040**

A “Concessionária BR 040 S.A. – Via040” ou “Companhia” é uma sociedade por ações de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do sistema rodoviário da BR-040. Foi constituída em 2014, sendo o contrato de concessão no trecho compreendido entre Brasília-DF e Juiz de Fora-MG, com extensão de 936,8 quilômetros, assinado com o Governo Federal em 12 de março de 2014, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia é uma empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR. A Invepar é umas das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto à ANTT pedido de adesão ao processo de relicitação proposto pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 13.448/2017. No dia 7 de agosto de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, do Poder Executivo, regulamentando o procedimento para relicitação de que trata a referida Lei. Neste dia, a Companhia então divulgou por meio de Fato Relevante que prosseguiria com os trâmites para a devolução amigável da concessão, nos termos do referido Decreto. No dia 20 de agosto de 2019, a Companhia protocolou junto ao órgão regulador, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, o complemento do teor do requerimento de relicitação da Concessão. No dia 28 de novembro de 2019, a ANTT publicou a Deliberação nº 1.015, atestando a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação. Em 13 de janeiro de 2020, os Ministros de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e da Infraestrutura, publicaram a Resolução Nº 105, onde opinaram favoravelmente e submeteram à deliberação do Presidente da República a qualificação do pedido de relicitação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI. Em 18 de fevereiro de 2020, o Presidente da República, por meio do Decreto Nº 10.248, deliberou pela qualificação da relicitação da BR-040/DF/GO/MG, no âmbito do PPI. Em 20 de novembro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG, a serem mantidos pela Via 040 até 18 de fevereiro de 2022.

**Destaque do Ano**

Várias obras de estabilização e ou recuperação das encostas foram necessárias ao longo dos Km 532, 539, 542, 578 e 583, devido aos impactos de chuvas atípicas do início do ano nessa região. Destaque para conclusão das obras de estabilização e da recomposição da estrutura de contenção da encosta no Anel Rodoviário (Km 539 e 542), sentido Vitória (ES) e na altura do bairro Califórnia (Km 532), sentido Sete Lagoas, ambas em Belo Horizonte (MG). As técnicas de engenharia utilizadas nessas obras foram: grampeamento de solo, a execução de concreto projetado, execução de cortina atirantada, novo muro de concreto e a reconstrução completa do sistema de drenagem.

Início de obra de recuperação profunda da drenagem em Conselheiro Lafaiete, no Km 628, com o objetivo de melhorar a segurança no trecho, diminuindo o risco de alagamentos. Destaque para a técnica de engenharia para construção de túneis de forma mais eficiente e menos destrutiva (*tunnel liner*), na execução dessa intervenção.

Assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG com a ANTT, dando continuidade ao processo de relicitação, estabelecendo as condições de prestação de serviços até o prazo para devolução da via ao Poder Concedente.

**Sustentabilidade dos Negócios**

**Gestão pela Qualidade Total**

Em 2020, a Via 040 recebeu a recertificação da ISO 14001 e a certificação da ISO 9001. As duas normas foram certificadas através de auditorias feitas pela Fundação Vanzolini, tendo validade até janeiro de 2023. A ISO 14001 foi conseguida através da implementação e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental das atividades executadas na sede administrativa para monitoração da operação, manutenção e conservação da rodovia, bem como, o sistema de arrecadação das praças de pedágio ao longo dos 936,8 Km da rodovia situada no DF/GO/MG. A ISO 9001 foi conquistada através da implementação e manutenção das atividades executadas para o planejamento, manutenção e conservação do pavimento, conserva verde, terraplenos, obras de arte corrente, instalações elétricas, sinalização e elementos de proteção e segurança, ao longo de toda a extensão da via.

**Ética e Compliance**

Em 2020, o grupo foi reconhecido pelo elevado nível de maturidade do Programa de Integridade, através de consultoria internacional, posicionando a Invepar acima da média do setor de infraestrutura. Seguem destaques:

- Estrutura de Compliance dedicada;
- Comunicação e treinamentos constantes que atingem colaboradores e terceiros;
- Processo de apuração de denúncias eficaz, suportado por Canal de Denúncias terceirizado;
- Avaliação de integridade de terceiros para tomada de decisão nas contratações de alto risco;
- Mapeamento de Conflitos de Interesses através de autodeclaração;
- Gerenciamento dos riscos estratégicos da empresa;
- Sistema integrado para suportar os processos de Compliance, Riscos e Controles Internos;
- Comitê de ética multidisciplinar e atuante.

**Relacionamento com a Sociedade**

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo Invepar bem como no seu direcionamento estratégico. Os projetos sociais do Grupo são desenvolvidos pelo Instituto Invepar com parceiros e atuam em diversas frentes, buscando reduzir eventuais impactos das operações das concessões sobre a sociedade. Também são promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões. A seguir serão listadas algumas iniciativas de caráter social do Grupo Invepar junto com a Via 040.

**Programa Atitude Segura & Gentileza**

Busca conscientizar a população sobre a segurança na mobilidade urbana e promove diversas ações educativas. Uma dessas ações é a Blitz Educativa, onde motoristas e pedestres recebem orientações e folhetos alertando sobre as consequências da utilização do celular ao volante e outras situações de risco.

**Projeto Aliança pela Vida**

Grupo de trabalho formado pela Via 040 e por representantes do poder público e de entidades do setor, projeto que tem como objetivo discutir e implantar melhorias de segurança para o Anel Rodoviário de Belo Horizonte.

**Campanha Nós**

Criada pelo Instituto Invepar, a iniciativa beneficiou populações mais pobres afetadas pelas consequências da pandemia no país provocada pela expansão do novo coronavírus, em regiões vizinhas às empresas controladas pela Invepar no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Foram doadas 152,6 toneladas de alimentos, 72 mil ovos, 19 mil litros de material de limpeza e higiene, 409 mil máscaras de tecidos a mais de 73 mil pessoas moradoras de 101 comunidades carentes. Ao todo, foram investidos cerca de R\$ 700 mil.

**Meio Ambiente**

Sempre vigilante às questões ambientais, a Via 040 monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Através de uma Política de Meio Ambiente estabelecida pela Matriz, diversos KPIs são desdobrados da Invepar para as empresas controladas, de modo a garantir seu controle e acompanhamento conforme modelo de gestão de resultados do Grupo. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela alta direção da Invepar através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Em 2020, a Via 040 aumentou 38% na destinação dos Resíduos Não perigosos gerados, com acréscimo de 28% de material fresado doado para as prefeituras municipais ao longo da rodovia. Além disso, também houve um acréscimo de 40% na destinação de resíduos sólidos em razão do leilão de sucatas de defensas metálicas, de sucatas de pneus e de sucatas de baterias.

Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos.

**Consumo de Água**

Em 2020, devido a adoção do *home office* para alguns colaboradores, em virtude da pandemia do COVID-19, houve uma redução no consumo de água da sede administrativa da Via 040, o que implicou na redução de 1% no consumo geral se comparado a 2019.

**Consumo de Energia**

Em 2020, não teve implantação de recursos que justificassem a redução de energia. Entretanto, em função da pandemia do COVID-19 e suas consequências, observou-se uma redução de 5,9%, justificada por *home office*.

**Consumo de Combustível**

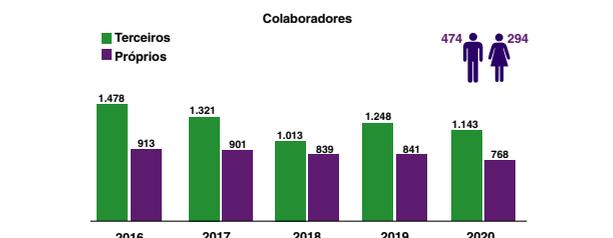
Em 2020, não houve uma variação que necessitasse de justificativa para o consumo de combustível. Foi ligeiramente menor comparado a 2019.

**Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)**

Em 2020, tivemos aumento de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) do Escopo 1, devido ao aumento do número de supressões de árvores nativas e exóticas para a realização das obras emergenciais na rodovia BR 040 e devido a ocorrências de fortes chuvas nos meses de janeiro e fevereiro/2020, que acarretaram na instabilidade de alguns pontos de terraplenos na faixa de domínio. Nas emissões do Escopo 2, houve uma redução mínima esperada devido as implantações de distanciamento social durante a pandemia.

**Recursos Humanos**

Em 2020, houve redução significativa do quadro funcional da companhia para adequação ao novo modelo de operação e/ou estrutura, a revisão da demanda da empresa e aos impactos da pandemia da COVID19.

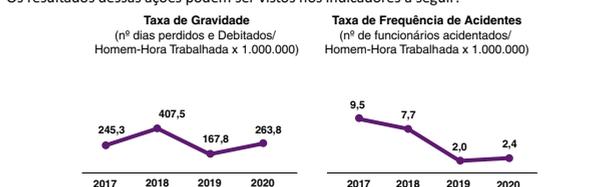


Uma das medidas tomadas pela empresa para proteção de seus funcionários de propagação do vírus, foi a adoção do *Home Office* em setores aonde foi possível essa modalidade. Todos os colaboradores pertencentes ao grupo de risco foram afastados e foram adotadas as medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, além de priorizar as reuniões por videoconferência e reforço na higienização de todos os locais de trabalho.

Conforme adiantado no relatório de 2019, em 2020, estavam previstas a implantação de iniciativas diversas voltadas para a promoção da saúde e qualidade de vida dos colaboradores do Grupo, bem como, desenvolvimento profissional. Foram disponibilizados cursos de Mindfulness, Gestão do Tempo, Inteligência Emocional, Saúde Financeira, Comunicação Eficaz, Argumentação e Influência, Carreira com Protagonismo, Inovação e Criatividade, Negociação e Feedback.

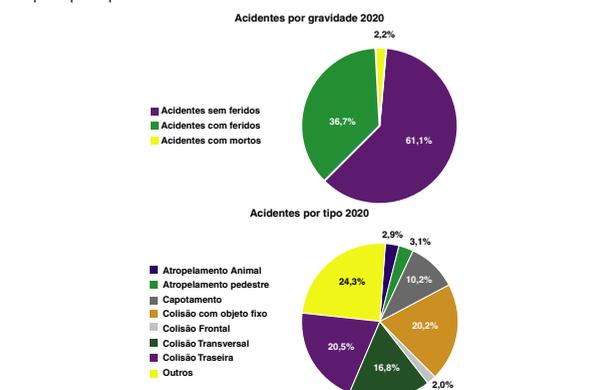
Ações voltadas para a redução e prevenção de acidentes são promovidas pela Invepar para todas as empresas do Grupo, bem como treinamentos e instruções práticas e teóricas. Dentre essas ações, destaque para os treinamentos técnicos voltados aos colaboradores, como o que abordou a NR-12, norma que visa a garantir que máquinas e equipamentos sejam seguros para o uso do colaborador, e a NR-35 que estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, de forma a garantir a segurança e a saúde dos colaboradores. Destaque também para a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), realizada em todas as empresas do Grupo. Os eventos contaram com uma série de atividades a fim de fomentar a conscientização a respeito de temas ligados à saúde e segurança no trabalho e no cotidiano, com foco na prevenção de acidentes e na qualidade de vida.

Os resultados dessas ações podem ser vistos nos indicadores a seguir:



**Segurança no Trânsito**

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e por quantidade de sinistros. A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



**Dados da Operação da Concessão**

**Veículos Alocados**

Na tabela a seguir são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de veículos	Quantidade	Qtde/100Km
AMBULÂNCIA	31	3
BOIADEIRO	6	1
CAÇAMBA	2	0
COMPRESSOR	3	0
EMPILHADEIRA	2	0
FURGÃO	23	2,5
PIPA / GUINCHO / MINI CARREGADEIRA	45	5
MOTOCICLETA	4	0,5
MUNCK	6	1
PICK-UP	3	3
PINTURA	3	0
CESTO AÉREO	1	0
ROLO COMPACTADOR / VIBRATÓRIO	3	0
SEMI REBOQUE / CARRETINHA	14	2
VEÍCULO ADMINISTRATIVO	65	7
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	15	2
<b>Total</b>	<b>249</b>	<b>27</b>

**Funcionários Alocados**

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo da Função	Quantidade	Qtde/VDMA
GER OPERAÇÃO VIA040	1	52
COORD OPERAÇÃO	4	209
SUPERVISOR OPERAÇÃO	4	209
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	10	521
SUPERVISOR CCO RODOVIAS	1	52
OP CENTRO CONTROLE OPERACIONAL	19	991
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO I	144	7.508
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO II	36	1.877
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO III	4	209
AUXILIAR OPERAÇÃO	2	104
<b>Total de Pessoal Operacional</b>	<b>225</b>	<b>11.732</b>
SUPERVISOR PESAGEM	1	52
OPERADOR PESAGEM	15	782
<b>Total de Pessoal Pesagem</b>	<b>16</b>	<b>834</b>
LIDER PRAÇA	43	2.242
MOTORISTA	14	730
OPERADOR PEDÁGIO	226	11.783
<b>Total de Pessoal de Pedágio</b>	<b>283</b>	<b>14.755</b>
<b>Total de Pessoal</b>	<b>524</b>	<b>27.321</b>

**Política de Distribuição de Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Desde a sua constituição e até o último exercício social, inclusive, a Companhia não auferiu lucros e, por isso, não foram distribuídos dividendos, bem como outros tipos de proventos ao seu acionista controlador.

**Planejamento Empresarial**

A Companhia tem obtido resultados satisfatórios no atingimento das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e demandas da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

O planejamento empresarial é parte fundamental para o êxito nos processos de adaptação às mudanças aceleradas no setor em que a Companhia atua.

**Resultados**

**Contexto Econômico**

A atividade econômica foi duramente afetada ao redor do mundo, ao longo do ano de 2020. A medida em que a pandemia da Covid-19 se alastrou, os países implementaram medidas rígidas de distanciamento social como forma de combate a disseminação do coronavírus e com isso o PIB mundial registrou forte queda. O fechamento do comércio não essencial, que causou um regime de *Homeoffice* adotado pela grande maioria das empresas causou uma forte redução na atividade econômica e uma ruptura na cadeia global de suprimentos. Além disso, o fechamento de fronteira de vários países, o cancelamento de voos pelas companhias áreas brasileiras e internacionais e as campanhas governamentais buscando o distanciamento social, afetaram forte e negativamente os resultados operacionais e financeiros de empresas ao redor do mundo. Com isso, os bancos centrais ao redor do mundo iniciaram política de estímulo monetário com a redução de juros para estimular a economia. Além disso, os governos também promoveram pacotes de estímulo fiscal e auxílios emergenciais para a população. No Brasil, não foi diferente, e, em agosto de 2020, o Banco Central, que já vinha em processo de estímulo monetário, fixou a taxa básica de juros (SELIC) em 2%, menor nível histórico desde o início da série em 1996. Adicionalmente, o governo implementou o auxílio emergencial, que foi inclusive prorrogado até o final de 2020, como forma de suporte para as pessoas mais afetadas pela crise.

Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2020 com alta de 4,52% o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com alta acumulada de 23,14%, a mais forte desde 2002.

A administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados a este tema, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

**Receita e Mercado**

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária BR 040 S.A. – Via040 são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A tarifa praticada em 2020 foi R\$ 5,30.

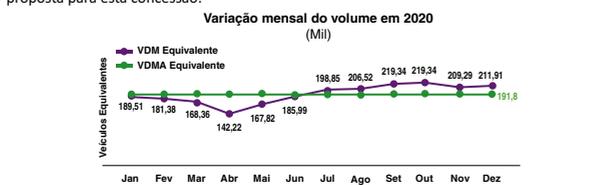
Em 2020, trafegaram 70,2 milhões de veículos nos 11 praças de pedágio, volume 0,6% menor em relação a 2019.

A receita com pedágio da Companhia atingiu o volume de R\$ 372,2 milhões, com redução de 0,6% sobre 2019. Quando adicionadas as receitas acessórias obtidas no período, o montante registrado passa a R\$ 382,0 milhões.

**Indicadores Operacionais**

**Caracterização do Tráfego**

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente. O Volume Diário Médio Equivalente previsto não foi exigido quando da proposta para esta concessão.



**Desempenho Operacional**

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria mostram que o fluxo total de veículos pelas rodovias pedagiadas para as rodovias sob o regime de concessão privada registraram queda de 13,1% no ano. Entretanto, pode-se observar uma resiliência no fluxo de veículos pesados, que caiu somente 1,1% em 2020, devido à continuidade da demanda por bens essenciais e de consumo, além de uma recuperação da indústria e do comércio em relação ao início da pandemia. Apesar de também apresentar sinais de recuperação em função da retomada de algumas atividades e a flexibilização das medidas de isolamento social, o fluxo de veículos leves registrou queda de 16,9% em 2020.

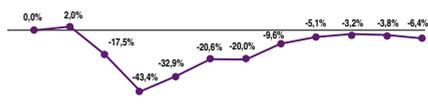


UMA EMPRESA  
**invepar**  
RODOVIAS

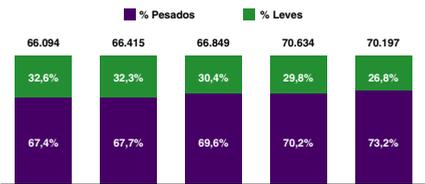
CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



Índice ABCR Brasil  
Veículos leves + pesados 2020 x 2019  
(%mês/mês anterior)



Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs  
(Mil)



No quarto trimestre de 2020, a Companhia registrou 19,7 milhões de VEPs em suas praças de pedágio frente a 18,4 milhões no mesmo período do ano anterior, um aumento de 1,3 milhões. Os VEPs pesados foram responsáveis por 96% desse aumento.

**Aspectos Financeiros**

**Aspectos Gerais**

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão.

Receita - R\$ mil	2020	Acumulada
Receita com Pedágio	372.227	1.741.002
Receita extraordinária	9.736	41.645
<b>Total</b>	<b>381.963</b>	<b>1.782.647</b>

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos - R\$ mil	2020	Acumulada
Investimentos	118.346	872.532
<b>Custos Operacionais - R\$ mil</b>	<b>2020</b>	<b>Acumulada</b>
Custos Operacionais	379.331	1.283.664

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base e no acumulado desde o início das operações.

ISS - R\$ mil	2020	Acumulada
ISS	17.457	80.197

Desempenho Operacional (mil)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
VEPs <sup>1</sup>	19.647	18.402	6,8%	70.197	70.634	-0,6%
Veículos leves	5.573	5.522	0,9%	18.804	21.059	-10,7%
Veículos Pesados	14.074	12.880	9,3%	51.392	49.575	3,7%
Tráfego <sup>2</sup>	9.048	8.801	2,8%	31.517	33.750	-6,6%
Veículos Leves	5.616	5.569	0,8%	18.995	21.330	-11,0%
Veículos Pesados	3.286	3.050	7,7%	11.965	11.715	2,1%
Veículos Isentos	147	182	-19,8%	557	705	-20,9%
Tarifa Média (R\$)	5,30	5,30	0,0%	5,30	5,30	0,0%

<sup>1</sup> VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo.

<sup>2</sup> Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia. A ViaO40 registrou 70,2 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs, em 2020, representando uma redução de 0,6% em relação a 2019. Somente considerando o 4T20 verifica-se um aumento de 6,8% quando comparado ao 4T19. Por possuir em sua maioria tráfego comercial, a concessão foi menos impactada quando compararmos, por exemplo, com as demais rodovias. A partir do mês de agosto de 2020, o número de VEPs apresenta superação, quando comparado aos mesmos meses de 2019.

Veículos Equivalentes Pagantes  
(milhões)



**Tarifa**

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em todas as praças de pedágio, por categoria de veículo e em reais.

Cobrança	Categoria de Veículo											
	1 eixo simples	0,5 eixo simples	1,5 eixo simples	2 eixos simples	2 eixos duplos	3 eixos duplos	4 eixos duplos	5 eixos duplos	6 eixos duplos	7 eixos duplos	8 eixos duplos	9 eixos duplos
Durante todo o ano de 2020	5,30	2,65	7,95	10,60	10,60	15,90	21,20	26,50	31,80	37,10	42,40	47,70

Receita Operacional (R\$ mil)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Receita Bruta	135.313	103.841	30,3%	500.263	484.704	3,2%
Receitas com Pedágio	104.178	97.579	6,8%	372.227	374.429	-0,6%
Receitas Acessória	2.484	2.490	-0,2%	9.736	8.449	15,2%
Receita de Construção (IFRS)	28.651	3.773	659,6%	118.300	101.827	16,2%
Receita Bruta Ajustada <sup>1</sup>	106.662	100.068	6,6%	381.963	382.878	-0,2%
Deduções da Receita Bruta	(8.775)	(8.235)	6,6%	(31.400)	(31.694)	-0,9%
Receita Líquida Ajustada <sup>1</sup>	97.887	91.834	6,6%	350.563	351.184	-0,2%

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada reduziu 0,2% no ano de 2020, em relação a 2019, e atingiu R\$ 97,9 milhões no quarto trimestre de 2020, 6,6% superior à verificada no mesmo período do ano anterior. A redução da Receita Líquida Ajustada no ano de 2020 foi impactada pela redução dos VEPs no início da pandemia.

**Custos e Despesas**

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
<b>Pessoal</b>	<b>(12.567)</b>	<b>(12.263)</b>	<b>2,5%</b>	<b>(64.180)</b>	<b>(49.781)</b>	<b>28,9%</b>
Conservação & Manutenção	(26.352)	(15.345)	71,7%	(84.894)	(52.945)	60,3%
Operacionais	(21.345)	(17.927)	19,1%	(76.904)	(66.057)	16,4%
Demais Gerais e Administrativas	(943)	(8.889)	-89,4%	(8.413)	(39.827)	-78,9%
<b>Custos &amp; Despesas Administráveis</b>	<b>(61.207)</b>	<b>(54.424)</b>	<b>12,5%</b>	<b>(234.391)</b>	<b>(208.610)</b>	<b>12,4%</b>
Reversão e (Provisão) para Contingências Judiciais	(6.986)	(148.577)	-95,3%	28.705	(148.577)	-119,3%
Impairment <sup>2</sup>	(271.730)	(375.276)	-27,6%	(271.730)	(375.276)	-27,6%
Depreciação e amortização	(19.378)	(19.429)	-0,3%	(76.164)	(70.662)	7,8%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>1</sup></b>	<b>(359.301)</b>	<b>(597.706)</b>	<b>-39,9%</b>	<b>(553.580)</b>	<b>(803.125)</b>	<b>-31,1%</b>
Provisão para manutenção (IFRS)	13.918	(1.024)	-1.460,5%	10.457	(3.743)	-379,4%
Custo de Construção (IFRS)	(28.651)	(3.773)	659,6%	(118.300)	(101.827)	16,2%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais</b>	<b>(374.034)</b>	<b>(602.502)</b>	<b>-37,9%</b>	<b>(661.423)</b>	<b>(908.695)</b>	<b>-27,2%</b>

<sup>1</sup> Redução ao valor recuperável do ativo.

<sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

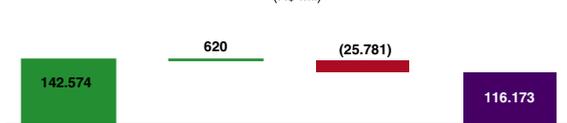
Para fins de comparabilidade com os mesmos períodos de 2019, no 4T20 e no acumulado de 2020, foram ajustados dos Custos & Despesas Administráveis a provisão e a reversão de provisão para contingências judiciais, bem como o valor do Impairment. O aumento nos gastos com Pessoal no 4T20 reflete os custos e despesas com rescisões, enquanto no acumulado do ano registra-se aumento com benefícios e assistência médica. Os maiores gastos com Conservação & Manutenção, tanto no 4T20 quanto em 2020, ainda estão relacionados às fortes chuvas na região de Minas Gerais no início do ano, com necessidade de intervenções emergenciais de contenção e recuperação de encostas. Despesas Operacionais também aumentaram no período analisado, especialmente no 3T20 quando ocorreu o pagamento da verbas de fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT das competências maio e junho que haviam sido postergadas. A queda nas Despesas Gerais & Administrativas está relacionada aos esforços da Companhia na contenção de custos e despesas, com impacto em diversas linhas. O Custo de Construção reflete o cronograma de obras da rodovia.

EBITDA	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	(362.228)	(531.500)	-31,8%	(378.693)	(554.598)	-31,7%
Prejuízo Líquido	115.410	24.985	361,9%	187.950	100.435	87,1%
Resultado Financeiro Líquido	(674)	(380)	77,4%	(1.815)	(1.521)	19,3%
IRPJ & CSLL	19.378	19.429	-0,3%	76.164	70.662	7,8%
Depreciação e Amortização	(228.115)	(487.466)	-53,2%	(116.395)	(385.022)	-69,8%
EBITDA ICVM 527	(180,3%)	(509,9%)	-690,2p.p	(24,8%)	(85,0%)	-109,8p.p
Margem EBITDA	(28.651)	(3.773)	659,6%	(118.300)	(101.827)	16,2%
Receita de Construção (IFRS)	28.651	3.773	659,6%	118.300	101.827	16,2%
Custo de Construção (IFRS)	(13.918)	1.024	-1.460,5%	(10.457)	3.743	-379,4%
Provisão de Manutenção (IFRS)	6.986	148.577	-95,3%	(28.705)	148.577	-119,3%
Reversão e (Provisão) para Contingências Judiciais	271.730	375.276	-27,6%	271.730	375.276	-27,6%
Impairment <sup>2</sup>	36.683	37.410	-1,9%	116.173	142.574	-18,5%
EBITDA Ajustado	37,5%	40,7%	-3,3p.p	33,1%	40,6%	-7,5p.p
Margem EBITDA Ajustada <sup>1</sup>						

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção e a Provisão para Manutenção.

A redução do EBITDA é explicada, principalmente, pelo menor reconhecimento de perdas (Impairment) no período.

Variação do EBITDA Ajustado  
(R\$ Mil)



**Resultado Financeiro Líquido**

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Resultado Financeiro	(115.410)	(24.985)	361,9%	(187.950)	(100.435)	87,1%
Receitas Financeiras	219	489	-55,4%	1.680	1.445	16,3%
Descontos obtidos	-	(1)	-100,0%	38	598	-93,6%
Juros sobre Aplicações Financeiras	33	109	-69,4%	164	347	-53,0%
Variação monetária ativa	185	380	-51,3%	1.478	500	196,2%
Despesas Financeiras	(115.628)	(25.474)	353,9%	(189.630)	(101.880)	86,1%
Comissões e despesas bancárias	(102.780)	(6.909)	1.387,8%	(114.882)	(16.006)	617,8%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.095)	(8.965)	-9,7%	(56.700)	(60.397)	-6,1%
Variação monetária passiva	(204)	(191)	6,8%	(492)	(2.618)	-81,2%
Outros <sup>1</sup>	(4.549)	(9.409)	-51,7%	(17.556)	(22.859)	-23,2%

<sup>1</sup> Parte deste valor refere-se a Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança).

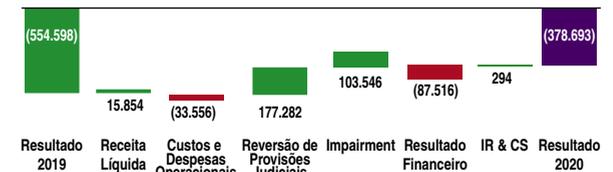
O Resultado Financeiro Líquido de 2020 piorou quando comparado a 2019, devido, principalmente, pelo reconhecimento no resultado de custos incorridos (R\$97,7MM), quando da quitação do empréstimo ponte junto ao BNDES, devido a nova configuração da dívida.

**Resultado do Exercício**

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Prejuízo do Exercício	(362.228)	(531.500)	n.m.	(378.693)	(554.598)	n.m.

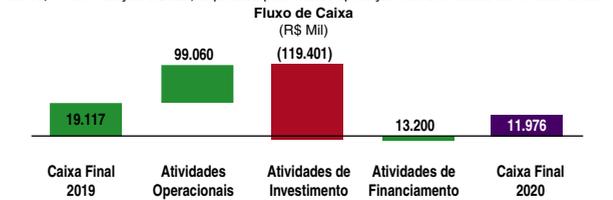
A Via O40 encerrou o ano de 2020 com Prejuízo Líquido de R\$ 378,7 milhões, refletindo, principalmente, o efeito causado pelo teste de Impairment, no valor de R\$ 271,7 milhões.

Evolução do Resultado do Exercício  
(R\$ Mil)



**Fluxo de Caixa**

No último ano, a Via O40 apresentou saldo final de caixa de R\$ 12,0 milhões, uma redução de 37,4% em relação a 2019, explicada pela maior aplicação nas atividades de investimento.



**Investimentos**

Durante o ano de 2020, foram investidos R\$ 121,4 milhões em projetos que atendem os parâmetros contratuais, como pavimentação, terraplanagem, estrutura de contenção, sistemas de drenagem e os voltados para a segurança viária.

Investimentos (R\$ mil)	2020	2019	Δ
Investimento Total	121.404	115.043	5,5%
Imobilizado	3.058	1.447	111,3%
Intangível	118.346	113.596	4,2%
Intangível em construção	118.346	112.952	4,0%
Direito de concessão	-	644	-100,0%

**Captações de Recursos**

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	2020	2019	Δ
Dívida Bruta	(905.089)	(807.704)	12,1%
Curto Prazo	(6.692)	(44.142)	-84,8%
Empréstimos e Financiamentos	(6.692)	(44.142)	-84,8%
Longo Prazo	(898.396)	(763.562)	n.m.
Empréstimos e Financiamentos	(898.396)	(763.562)	n.m.
Disponibilidades	11.976	19.117	-37,4%
Dívida Líquida	(893.113)	(788.587)	13,3%

A Dívida Líquida da Companhia aumentou 13,3% em 2020, atingindo R\$ 893,1 milhões. A Dívida Bruta atingiu o montante de R\$ 905,1 milhões no mesmo período, um aumento de 12,1% frente ao verificado em 2019, devido ao Standstill conseguido junto ao BNDES. Em outubro deste ano, a Companhia liquidou o empréstimo-ponte junto ao BNDES em razão da honra voluntária das cartas fianças, passando os bancos emissores dessas cartas a serem os credores da Companhia. O vencimento passou para 2022 e os juros para CDI+1% a.a..

**Valor Adicionado**

Em 2020, o valor adicionado líquido gerado ficou negativo em R\$ 284,5 milhões, enquanto em 2019 o saldo ficou positivo em R\$ 355,5 milhões. Esta redução ocorreu especialmente, por menores insumos adquiridos de terceiros como materiais, energia e serviços.

**Considerações Finais**

**Estratégia**

O posicionamento estratégico da Via O40 segue direcionado para a gestão do trecho da BR-040 sob sua concessão, mantendo a operação da rodovia de forma a garantir a segurança e atendimento 24 horas aos seus usuários com a disponibilização dos serviços de socorro médico e mecânico, além da realização de serviços de conservação, sinalização, manutenção do pavimento e inspeção, até que o processo de relicitação seja concluído. Por fim, a Companhia espera que sejam rapidamente implementadas as medidas necessárias para mitigar os efeitos da disseminação do COVID-19. A Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor que que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

**Auditores**

A ViaO40 utiliza os serviços de auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes desde 01 de abril de 2016. No exercício encerrado em dezembro de 2020, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA - 200.

**Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Novo Lima, 25 de março de 2021  
**Diretor de Relações com Investidores**  
 Marcus Vinicius Figur da Rosa  
**Equipe de Relações com Invest**



UMA EMPRESA  
**invepar**  
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



Fator Trabalho	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2020													
Número de Trabalhadores	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho	Ger. Oper.	Coord. Oper.	Super. Oper.	Assist. Adm. e Aux. Oper.	Sup. CCO	Op. CCO	Op. Atend.	Sup. Pesag.	Op. Pesag.	Líder Praça	Motorista	Op. Ped.	Total	
	R\$ mil. Por tipo de atividade e por categoria de trabalho	1	4	4	12	1	19	184	1	15	43	14	226	524	
Despesas de Pessoal	Operações:	38.250				Administrativo:	25.149		Diretoria:			781		Temporário: 0	

Fator Capital	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2020				
Despesas de Depreciação / Amortização	R\$ mil. Depreciação é o Linear. Para a Amortização considera-se o prazo de concessão da rodovia.	76.164				
Ativo Líquido	R\$ mil. Ativo Total menos Passivo Total	-116.572				
Ativo Bruto	R\$ mil. Passivo Total	1.042.240				
		2016	2017	2018	2019	2020

Série Histórica dos Investimentos	R\$ mil	328.298	223.597	88.695	113.596	118.346
Custos de Oportunidade do Capital	R\$ mil	Não informado.				

Fatores Intermediários	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2020
Despesas em Administração	R\$ mil. Não inclui despesas trabalhistas administrativas	11.396

Seguridade	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2020		
Quantidade de Acidentes	Quantidade. Sem feridos, com feridos e com mortos.	2.765	1.662	99
Indicadores	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2020		

Receita por veículo	R\$. Receita Operacional Bruta Total dividida pela quantidade total de veículos. R\$ mil	5,30
Custo por veículo	R\$. Custos e Despesas Total dividido pela quantidade total de veículos.	5,40

5 - Indicadores do corpo funcional	2020		2019	
Nº de admissões durante período	206	183		
Nº de demissões durante período	321	212		
Nº de colaboradores terceirizados	1.143	1.293		
Nº de estagiários (as)	9	0		
Nº de colaboradores com até 18 anos	0	1		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	108	139		
Nº de colaboradores entre 25 anos e 45 anos	570	638		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	90	97		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	294	357		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	13%	0%		
Remuneração paga para as mulheres no período	R\$ 538.106,97	R\$ 537.524,29		
% de negros (as) que trabalham na Concessionária	7,81%	6,29%		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	30	34		
Total de horas extras trabalhadas	18.480 horas	50.409 horas		

5 - Indicadores do corpo funcional - Em R\$ mil	Valores 2020		% sobre		Valores 2019		% sobre	
	em R\$ mil	FPB	RL		em R\$ mil	FPB	RL	
Total de horas extras pagas	565	0,1%	0,2%		798	0,2%	0,2%	
Total de INSS pago	6.745	1,8%	1,9%		6.635	1,7%	1,9%	
Total de FGTS pago	2.411	0,6%	0,7%		2.422	0,6%	0,7%	
Total de Contribuição Sindical paga	0	0,0%	0,0%		3	0,0%	0,0%	
Total dos demais encargos sociais pagos	0	0,0%	0,0%		41	0,0%	0,0%	
Total do ICMS recolhido no período	0	0,0%	0,0%		0	0,0%	0,0%	
Total do IR recolhido no período	0	0,0%	0,0%		-1.118	-0,3%	-0,3%	
Total de CSLL recolhido no período	0	0,0%	0,0%		-403	-0,1%	-0,1%	
Total de PIS recolhido no período	2.499	0,7%	0,7%		2.530	0,7%	0,7%	
Total de COFINS recolhido no período	11.553	3,0%	3,3%		11.690	3,1%	3,3%	
Total de outros tributos recolhidos no período	0	0,0%	0,0%		51	0,0%	0,0%	

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020		2019	
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	2,34%		2,78%	
Número total de acidentes de trabalho	4		3	

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( ) direção
	(X) direção e gerências	(X) direção e gerências
	( ) todos os colaboradores	( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	(X) direção e gerências
	( ) todos os colaboradores	( ) todos os colaboradores
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	(X) todos + CIPA	(X) todos + CIPA
	( ) não se envolve	( ) não se envolve
	( ) segue as normas OIT	( ) segue as normas OIT
	( ) incentiva as normas da OIT	( ) incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção
	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências
	(X) todos os colaboradores	(X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção
	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências
	(X) todos os colaboradores	(X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	( ) não são considerados	( ) não são considerados
	( ) são sugeridos	( ) são sugeridos
	(X) são exigidos	(X) são exigidos
	( ) não se envolve	( ) não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	(X) apóia	(X) apóia
	( ) organiza e incentiva	( ) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	98,9% na concessionária	32% na concessionária
	0% no PROCON	100% no PROCON
	9% na Justiça	20% na Justiça

2 - Indicadores sociais internos	Valores 2020		% sobre		Valores 2019		% sobre	
	em R\$ mil	FPB	RL		em R\$ mil	FPB	RL	
Alimentação	4.214	1,1%	1,2%		3.552	0,9%	1,0%	
Encargos sociais	9.156	2,4%	2,6%		7.382	1,9%	2,1%	
Previdência privada	175	0,0%	0,0%		173	0,0%	0,0%	
Saúde	4.077	1,1%	1,2%		3.739	1,0%	1,1%	
Segurança e Saúde no trabalho	0	0,0%	0,0%		229	0,1%	0,1%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	104	0,0%	0,0%		244.126	63,8%	69,5%	
Creches ou auxílio creche	85	0,02%	0,0%		115	0,03%	0,0%	
Participações nos lucros ou resultados	1.978	0,5%	0,6%		2.594	0,7%	0,7%	
Outros	0	0,0%	0,0%		1.370	0,4%	0,4%	
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>19.789</b>	<b>5,2%</b>	<b>5,6%</b>		<b>263.051</b>	<b>68,7%</b>	<b>74,9%</b>	

3 - Indicadores sociais externos	Valores 2020		% sobre		Valores 2019		% sobre	
	em R\$ mil	FPB	RL		em R\$ mil	FPB	RL	
Educação	0	0,0%	0,0%		0	0,0%	0,0%	
Cultura	0	0,0%	0,0%		0	0,0%	0,0%	
Saúde e saneamento	0	0,0%	0,0%		0	0,0%	0,0%	
Esporte	0	0,0%	0,0%		0	0,0%	0,0%	
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,0%	0,0%		0	0,0%	0,0%	
Outros	0	0,0%	0,0%		0	0,0%	0,0%	
<b>Total de contribuição à sociedade</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>		<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	
Tributos (Exceto encargos sociais)	15.071	3,9%	4,3%		15.946	4,4%	4,8%	
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>15.071</b>	<b>3,9%</b>	<b>4,3%</b>		<b>15.946</b>	<b>4,4%</b>	<b>4,8%</b>	

4 - Indicadores ambientais	Valores 2020		% sobre		Valores 2019		% sobre	
	em R\$ mil	FPB	RL		em R\$ mil	FPB	RL	
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	0	0,0%	0,0%		0	0,00%	0,00%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	698	0,2%	0,2%		419	0,11%	0,12%	
<b>Total de investimentos em meio ambiente</b>	<b>698</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>		<b>419</b>	<b>0,11%</b>	<b>0,12%</b>	

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(X) Não possui metas	(X) Não possui metas
	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 0 a 50%
	( ) Cumpre de 50 a 70%	( ) Cumpre de 50 a 70%
	( ) Cumpre de 75 a 100%	( ) Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional	2020		2019	
Nº de colaboradores ao final do período e tempo de serviço	768	875		
Até seis meses	13,54%	14,29%		
De seis meses a um ano	7,42%	9,49%		
Entre um e dois anos	14,58%	15,66%		
Entre dois e cinco anos	33,72%	47,54%		
mais de cinco anos	30,73%	13,03%		

Quando à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	(X) apóia	(X) apóia
	( ) organiza e incentiva	( ) organiza e incentiva

% de reclamações e críticas solucionadas:	98,9% na concessionária	32% na concessionária
	0% no PROCON	100% no PROCON
	9% na Justiça	20% na Justiça

Valor adicionado total a distribuir	Distribuição do Valor Adicionado		2020		2019	
Governo	54%		15%			
Acionistas	-402%		-156%			
Colaboradores	42%		12%			
Terceiros	206%		29%			
Retido	0%		0%			

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)				
ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.976	19.117	
Contas a receber	4	23.802	32.866	
Estoques		4.961	3.055	
Tributos a recuperar	5.a	3.111	5.018	
Despesas antecipadas		5.074	3.918	
Partes relacionadas	6	-	7	
Total do ativo circulante		<u>48.924</u>	<u>63.981</u>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Tributos a recuperar	5.a	2.022	-	
Depósitos judiciais		4.842	3.987	
Imobilizado	7	12.964	14.229	
Intangível	8	973.488	1.199.037	
Total do ativo não circulante		<u>993.316</u>	<u>1.217.253</u>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>1.042.240</b></u>	<u><b>1.281.234</b></u>	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) Nota				
	31/12/2020	31/12/2019		
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	9	44.875	32.226	
Empréstimos e financiamentos	10	6.692	44.142	
Obrigações com empregados e administradores		6.475	8.542	
Tributos a recolher	5.c	4.026	3.819	
Adiantamentos de clientes		22	166	
Partes relacionadas	6	31.843	2.637	
Provisão para manutenção	20	-	7.814	
Provisão ambiental	21	993	-	
Total do passivo circulante		<u>94.926</u>	<u>99.346</u>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	9	2.805	3.836	
Empréstimos e financiamentos	10	898.396	763.562	
Partes relacionadas	6	-	20.152	
Impostos diferidos passivos	5.b	37.587	39.402	
Provisão para riscos processuais	11	123.955	151.969	
Provisão para manutenção	20	-	2.643	
Provisão ambiental	21	1.143	2.979	
Total do passivo não circulante		<u>1.063.886</u>	<u>984.543</u>	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>				
Capital social	12	1.013.899	949.123	
Prejuízos acumulados		(1.130.471)	(751.778)	
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(116.572)</u>	<u>197.345</u>	
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>		<u><b>1.042.240</b></u>	<u><b>1.281.234</b></u>	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)				
	31/12/2020	31/12/2019		
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(378.693)</b>	<b>(554.598)</b>		
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-		
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>(378.693)</b>	<b>(554.598)</b>		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)				
	31/12/2020	31/12/2019		
Receita operacional líquida	13	350.563	351.184	
Receita de construção	13	118.300	101.827	
Custo dos serviços prestados	13	(263.959)	(229.904)	
Custo de construção	13	(118.300)	(101.827)	
<b>LCRUCO BRUTO</b>		<b>86.604</b>	<b>121.280</b>	
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	13	(39.552)	(50.256)	
Reversão (provisão) para riscos	13	27.322	(153.279)	
Outras receitas operacionais	13	(266.934)	(373.428)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(279.164)</b>	<b>(576.964)</b>	
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>				
Receitas financeiras	14			



UMA EMPRESA  
**invepar**  
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019** (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Receitas, Receita operacional, Receita de construção, Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, etc.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019** (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Table with columns: Companhia, 4T20, 4T19, %, 12M20, 12M19, %. Rows include VIA 040.

Veículos Equivalentes Pagantes (mil)
Apesar dessa recuperação, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores...

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019** (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

1.a) Operações da Companhia: A Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040" ou "Companhia"), fundada em 31 de janeiro de 2014, e localizada a Avenida Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, é uma sociedade por ações de propósito específico de capital aberto e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas por instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão ("Sistema Rodoviário"), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal ("Poder Concedente") por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia foi determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possuía prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014 (data de assunção), podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente. O trecho rodoviário sob concessão da VIA040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais. A VIA040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR. Em 30 de julho de 2015, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Concessão. A autorização foi dada pela ANTT para as praças de pedágio 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11 e 12. Em 23 de agosto de 2015, a Companhia deu início a cobrança de pedágio nas praças 09 e 10, também conforme autorizado pela ANTT. 1.b) Continuidade Operacional: Em 31 de dezembro de 2020, a VIA040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$46.002 (R\$35.365 em 31 de dezembro de 2019). As condições macroeconômicas e socioeconômicas se deterioraram significativamente após 2013, ano do leilão do trecho sob concessão, com impactos negativos na arrecadação da Companhia devido à drástica redução do tráfego previsto, e também refletindo em alta de custos, principalmente aumentos extraordinários em preços administrados, revisão do valor de crédito a ser liberado para projetos de infraestrutura pelo BNDES, novas legislações, bem como atrasos na liberação de licenciamentos ambientais, gerando incertezas significativas quanto a rentabilidade do projeto de infraestrutura licitado. Em virtude do manifesto rompimento das bases negociais do Contrato de Concessão e conforme disciplinado em instrumento contratual, a Concessionária formulou, em 08 de julho de 2016, pedido de revisão ordinária e extraordinária do Contrato de Concessão. Tendo em vista as inúmeras alterações imprevisíveis e extraordinárias que continuaram a afetar o equilíbrio econômico financeiro do contrato, este pedido foi reiterado em 23 de maio de 2017 e em 21 de março de 2018. A ANTT não esgotou, até o momento, a análise dos pleitos de reequilíbrio apresentados. Em 05 de junho de 2017, o Governo Federal sancionou a Lei nº 13.448 que, dentre outras, estabeleceu as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal. Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto aos órgãos competentes – Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPA"), Programa de Investimentos em Logística ("PIL") - o pedido de adesão ao processo de relicitação supracitado, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da Invepar e pelo Conselho de Administração da Via 040, ambos em 08 de setembro de 2017. Após diversos pedidos solicitando o posicionamento da ANTT acerca do pedido, em 25 de janeiro de 2018 a Agência acusou o recebimento do pedido de relicitação e informou que a Via 040 apresentou "todas as informações em conformidade ao que dispõe o § 2º do Art. 14" para formalizar o interesse em aderir ao procedimento de relicitação. A Agência também ressaltou que as providências necessárias para a celebração do termo aditivo, que estabelecerá as novas condições econômico-financeiras da concessão, que vigorará até a assunção do novo concessionário, ainda dependeria da regulamentação da Lei nº 13.448/2017. Nesta mesma linha, a ANTT emitiu parecer favorável ao pleito de relicitação formulado pela Companhia, conforme consta no Acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União no processo nº 034.459/2017-0, em 27 de setembro de 2017. Igualmente, verifica-se que o Plenário do referido Tribunal reconheceu a relevância da relicitação, de modo a assegurar que os usuários continuem usufruindo das condições de conforto e segurança inerentes ao trecho concedido. Em que pesem as manifestações acima, diante da omissão do Poder Executivo quanto à regulamentação da relicitação e da ausência de decisão do Poder Concedente quanto aos pleitos de reequilíbrio formulados pela Via 040, a fim de mitigar a exposição da Companhia quanto às obrigações de investimento que estariam suspensas de acordo com adesão à Lei nº 13.448/17, em 20 de julho de 2018, a Companhia ajuizou ação cautelar antecedente a processo arbitral com o objetivo de afastar a imposição de penalidades e a redução de tarifa por ausência de execução de obrigações contratuais e por não atendimento de parâmetros de desempenho, bem como impedir a execução de garantias contratuais até o pronunciamento do Tribunal Arbitral. A decisão que deferiu a liminar foi proferida no dia 24 de agosto de 2018 e o processo arbitral foi instaurado no dia 18 de setembro de 2018. Em 27 de agosto de 2018, a ANTT foi intimada acerca da decisão e, em 11 de setembro de 2018, contra a referida decisão, a ANTT interpôs agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, o qual foi indeferido, até deliberação do juízo arbitral ou até que se resolva a pendência administrativa de relicitação. Em 14 de setembro de 2018, através do Ofício nº 353/2018/SUINF, a ANTT formalizou o indeferimento do pleito de relicitação por ausência de regulamentação por parte do Poder Concedente,

ressalvando a possibilidade de eventual reapresentação, quando da publicação da regulamentação, conforme segue: "Todavia, até o presente momento, o Poder Executivo não publicou ato específico disciplinando o referido artigo, fato que atualmente inviabiliza prosseguimento e eventual formalização da avença. Nesse sentido, comunicamos o indeferimento do pleito de relicitação apresentado pela Concessionária BR-040 S/A - Via040, por ausência de regulamentação do instituto por parte do Poder Executivo. Sem embargo, o indeferimento não prejudica eventual reapresentação do pleito quando da publicação da regulamentação, permanecendo hígidas e exigíveis as obrigações constantes do instrumento de outorga." Após a prolação da liminar que assegurou a condição tarifária, o juízo determinou a abstenção da Agência quanto a aplicação de penalidades e a não exigência de investimentos, o que foi posteriormente ratificado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ato contínuo, a ANTT indeferiu o pleito de relicitação, sem fazer qualquer análise de mérito e afastou o cumprimento da referida decisão. No dia 18 de setembro de 2018, a Via 040 instaurou processo arbitral, em face da ANTT, com pedido de readequação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão e de ratificação da medida liminar deferida. A Administração da Companhia, em sua melhor avaliação, acredita que a relicitação ainda é viável e portanto, mantém a premissa de receber, após a homologação do novo pedido de relicitação, uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17, Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão. A Companhia e seus acionistas não poderão participar do novo leilão do trecho concedido por advento da relicitação e, até que se defina um novo vencedor do leilão e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, a Companhia manterá os serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração prestados conforme níveis de serviços a serem regulados por um aditivo contratual a ser firmado entre a ANTT e a Companhia. Diante desse cenário, a Administração da Companhia adotou, para mensuração dos seus ativos e passivos o critério de continuidade das operações. Em 07 de agosto de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário. Diante da publicação do referido Decreto, a INVEPAR por meio da Carta OF.GCC.0291.2019, apresentou novo pedido de Relicitação, contendo justificativas pormenorizadas da necessidade de relicitação do empreendimento. Em 19 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") respondeu o pedido da V040 por meio do Ofício SEI nº 12545/2019/SUINF/DIR-ANTT, encaminhando as análises realizadas pelas Unidades Organizacionais da SUINF (GEREF, CIPRO, GEENG, COINFMG e GEFIR). Referido Ofício demonstra a deliberação favorável da ANTT quanto a viabilidade técnica da relicitação do empreendimento, apresentando os critérios e as condições de prestação dos serviços públicos, notadamente no que se refere os parâmetros de desempenho e os investimentos a serem mantidos a partir da celebração do Termo Aditivo. Em 4 de outubro de 2019, a Concessionária protocolou a GCC.469.2019, apresentando sua concordância quanto aos temas propostos pela ANTT, com comentários adicionais sobre tais propostas, especialmente quanto ao valor da tarifa a ser cobrada dos usuários no decorrer da vigência do termo aditivo, sendo que tais aspectos seriam discutidos em conjunto com o Ministério da Infraestrutura. Por meio da GCC.469.2019, a Concessionária também submeteu à ANTT, proposta de minuta do Termo Aditivo. Em 23 de outubro de 2019 a ANTT apresentou o Ofício SEI nº 15019/2019/GEREF/SUINF/DIR-ANTT, pelo qual exige complementação da documentação enviada pela Concessionária, especialmente quanto ao racional sobre a tarifa a ser praticada e a minuta do Programa de Exploração Rodoviária específico para a vigência do termo aditivo. Em 28 de novembro de 2019, por meio da Deliberação nº 1.015, de 26/11/2019, a ANTT atendeu a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação. Em 23 de dezembro de 2019, o Ministério da Infraestrutura, por meio do Despacho nº 48/2019/GM/MINFRA, de 20 de dezembro de 2019, declarou a compatibilidade do Requerimento de Relicitação com o escopo da política pública formulada para o setor rodoviário. Em 13 de janeiro de 2020 o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI) recomendou a qualificação do Empreendimento no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI), por meio da Resolução nº 105, de 10 de janeiro de 2020. Em 19 de fevereiro de 2020 o Empreendimento foi qualificado no PPI por meio do Decreto nº 10.248, de 18 de fevereiro de 2020. Em 14 de julho de 2020, a Diretoria da ANTT aprovou a permissão para celebração de aditivo contratual que direciona a relicitação da VIA040. Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI. O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG, a serem mantidos pela Via 040 até 18 de fevereiro de 2022. A Companhia entende que as medidas adotadas são suficientes para preservar o fluxo de caixa operacional frente as suas obrigações pelos próximos 12 meses. Além disso, se necessário, a Via 040 poderá receber suporte financeiro de sua controladora INVEPAR, na medida de sua disponibilidade, de forma a reduzir as dificuldades financeiras de curto prazo. 1.c) Efeitos da pandemia da COVID-19 Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia. Dessa forma, os resultados da Companhia foram afetados, porém, desde o terceiro trimestre de 2020, a VIA040 apresentou recuperação do tráfego, observados no quadro abaixo com os dados do quarto trimestre de 2020 comparado com o mesmo período de 2019:



UMA EMPRESA  
**invepar**  
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos mesmos. **2.8. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. **2.9. Despesas antecipadas:** São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos. **2.10. Imobilizado:** Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. **2.11. Intangível:** Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão (Direito de exploração da infraestrutura conforme CPC 01 IFRIC12 e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativo intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente. **2.12. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.13. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.14. Tributação:** As receitas da companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de Pedágio	Receitas Acessórias	Receitas Financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a	2,00% a	-
		5,00%	5,00%	

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. **2.15. Benefícios aos empregados:** A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado. **2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.17. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no

reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **2.18. Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. **2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **a) Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **b) Estimativas e premissas: Principais fontes de incertezas nas estimativas:** As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dois anos e consideram a plena recuperação dos investimentos no âmbito da relicitação da concessão, conforme NE01, e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Impostos:* Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam em valores praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Participação nos lucros e resultado ("PLR"):* A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. *Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórias e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências

	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa		Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável						
	Total	(430)	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
30 de dezembro de 2020	24.232	(430)	18.281	17	43	49	16	16	1.018
31 de dezembro de 2019	32.866	-	436	17	1.545	-	-	-	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$3.428 como perda definitiva (R\$382 em 31 de dezembro de 2019). Em função da Pandemia, houve um incremento dos créditos vencidos e não pagos e dessa forma, a Companhia decidiu constituir provisão para perdas no montante de R\$ 430 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

**a) Tributos a recuperar**

	31/12/2020	31/12/2019
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	37	74
PIS e COFINS (b)	2.186	2.109
ISS a compensar	746	744
INSS a recuperar (c)	135	2.085
Outros	7	6
Total circulante	3.111	5.018
INSS a recuperar (c)	2.022	-
Total não circulante	2.022	-

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras; (b) Créditos decorrentes de pagamentos indevidos e/ou a maior de PIS/COFINS s/receitas acessórias; (c) Pagamento efetuado em duplicidade. Devido a estimativa de recuperação desse montante foi reclassificado para o não circulante.

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Juros capitalizados (*)	(33.374)	(34.803)
Margem de Construção RTT	(1.369)	(1.429)
Margem de Construção (Lei 12.973/14)	(2.844)	(3.170)
Total do passivo fiscal diferido	(37.587)	(39.402)

(\*) No período compreendido entre julho de 2016 e fevereiro de 2018, a Companhia tomou dedutibilidade dos juros no momento em que foram incorridos conforme § 3 do art. 145 da IN RFB nº 1.700 de 2017. A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$404.329 (R\$276.852 saldo em 31 de dezembro de 2019).

**c) Tributos a recolher**

	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	1.306	1.231
ISS	1.995	1.793
IRRF e CSRF	290	468
INSS sobre terceiros	435	327
	4.026	3.819

**d) Imposto de renda e contribuição social no resultado**

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(380.509)	(556.119)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	129.373	189.080
Adições permanentes	(80)	(208)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos/Consumidos	(127.478)	(187.351)
Total dos impostos no resultado	1.815	1.521
Impostos diferidos	1.815	1.521
Total dos impostos no resultado	1.815	1.521

disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível:* A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão. **2.20. Resultado por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo exercício. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação. **2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. **2.22. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerida nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.23. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue: a) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) - A partir de 1º de janeiro de 2021. b) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) - A partir de 1º de janeiro de 2022. c) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º de janeiro de 2022. d) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º de janeiro de 2022. e) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º de janeiro de 2023. f) IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2018	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.446	4.834
Valor em poder da transportadora de valores	912	1.877
Aplicações financeiras		
Compromissadas com lastro em debêntures	7.617	12.796
Total de caixa e equivalentes de caixa	11.976	19.117

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de rentabilidade média destas aplicações era de 93,74% do CDI (97,29% em 31 de dezembro de 2019).

**4. CONTAS A RECEBER**

	31/12/2020	31/12/2019
AVI (a)	15.640	17.175
Vale pedágio	1.339	1.244
Indenização de seguros(b)	-	8.806
Ocupação da faixa de domínio (c)	7.253	5.641
	24.232	32.866
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(430)	-
Total	23.802	32.866

(a) O saldo da rubrica "AVI" é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 24 dias. (b) Indenização recebida em 21 de janeiro de 2020. (c) Os saldos apresentados advêm da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme previsto no contrato de concessão e autorizado pela ANTT. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Saldos vencidos						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
30 de dezembro de 2020	18.281	17	43	49	16	16	1.018
31 de dezembro de 2019	436	17	1.545	-	-	-	-

**6. PARTES RELACIONADAS**

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. **Composição**

Parte relacionada	Transação	31/12/2020		
		Passivo	Circulante	Resultado
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	10.072	(21.995)
INVEPAR	Outorga de Garantia (b)	Controladora	21.771	(17.431)
Total			31.843	(39.426)

Parte relacionada	Transação	31/12/2019			
		Ativo	Passivo	Resultado	
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	7	2.637	(27.952)
INVEPAR	Outorga de Garantia (b)	Controladora	-	-	20.152
Total			2.637	20.152	(45.653)

(a) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. (b) Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia. **Remuneração da Administração.** A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Pró-labore	405	541
Rescisão de contrato	83	851
Encargos	81	237
Outros benefícios	117	130
Total	686	1.759

Em 30 de abril de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global anual dos administradores de até R\$1.497 para o exercício de 2020.



UMA EMPRESA  
**invepar**  
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



**7. IMOBILIZADO**

Custo	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2019			Transfe-rências (a)	31/12/2020
		Adições	Baixas			
Instalações	10	9	2	-	-	11
Máquinas e equipamentos	10	14.052	43 (45)	329	329	14.379
Móveis e utensílios	10	4.897	481 (135)	372	372	5.615
Veículos	20	17.959	- (325)	721	721	18.355
Equipamentos de informática	20	14.123	754 (520)	-	-	14.357
Imobilizado em andamento		1.779	1.778	-	(972)	2.585
		<u>52.819</u>	<u>3.058 (1.025)</u>	<u>450</u>	<u>450</u>	<u>55.302</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(5)	(1)	-	-	(6)
Máquinas e equipamentos		(7.997)	(1.452)	34	-	(9.415)
Móveis e utensílios		(2.066)	(561)	69	-	(2.558)
Veículos		(17.307)	(523)	326	-	(17.504)
Equipamentos de informática		(11.215)	(1.913)	273	-	(12.855)
		<u>(38.590)</u>	<u>(4.449)</u>	<u>702</u>	<u>-</u>	<u>(42.338)</u>
Imobilizado líquido		<u>14.229</u>	<u>(1.390)</u>	<u>(323)</u>	<u>450</u>	<u>12.964</u>

Custo	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2018			Transfe-rências (a)	31/12/2019
		Adições	Baixas			
Instalações	10	9	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	10	13.638	286	-	128	14.052
Móveis e utensílios	10	4.916	37 (56)	-	-	4.897
Veículos	20	17.783	- (207)	383	383	17.959
Equipamentos de informática	20	13.958	317 (152)	-	-	14.123
Imobilizado em andamento		972	807	-	-	1.779
		<u>51.276</u>	<u>1.447 (415)</u>	<u>511</u>	<u>511</u>	<u>52.819</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(4)	(1)	-	-	(5)
Máquinas e equipamentos		(6.610)	(1.387)	-	-	(7.997)
Móveis e utensílios		(1.596)	(490)	20	-	(2.066)
Veículos		(14.737)	(2.747)	177	-	(17.307)
Equipamentos de informática		(8.566)	(2.758)	109	-	(11.215)
		<u>(31.512)</u>	<u>(7.383)</u>	<u>306</u>	<u>-</u>	<u>(38.590)</u>
Imobilizado líquido		<u>19.764</u>	<u>(5.935)</u>	<u>(109)</u>	<u>511</u>	<u>14.229</u>

(\* O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil. **Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment").** De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relitização do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota explicativa nº 1.b. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relitização. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno das regulamentações da Lei 13.448/17, em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram identificados indicativos de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. **Ativos cedidos em garantia.** A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais. Os veículos para serem financiados por intermédio dos contratos de FINAME, conforme Nota explicativa nº 10, estão alienados fiduciariamente às instituições financiadoras.

**8. INTANGÍVEL**

Custo	Prazo de vida útil	31/12/2019			Transfe-rências (a)	31/12/2020
		Adições	Baixas			
Software	5 anos	8.509	-	-	-	8.509
Direito de concessão	(c)	1.346.869	-	(271.730)	153.778	1.228.917
Adiantamento a fornecedores		671	-	-	-	671
Intangível em construção		<u>42.328</u>	<u>118.346</u>	<u>- (154.228)</u>	<u>6.446</u>	<u>1.228.917</u>
		<u>1.398.377</u>	<u>118.346</u>	<u>(271.730)</u>	<u>(450)</u>	<u>1.244.543</u>
Amortização acumulada						
Software		(6.939)	(1.119)	-	-	(8.058)
Direito de concessão		(192.401)	(70.596)	-	-	(262.997)
		<u>(199.340)</u>	<u>(71.715)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(271.055)</u>
Intangível líquido		<u>1.199.037</u>	<u>46.631</u>	<u>(271.730)</u>	<u>(450)</u>	<u>973.488</u>

Empresas	31/12/2019	Pagamento		Provisão de juros	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido (iii)	Transferência (ii)	31/12/2020
		Principal	Juros (i)					
Passivo circulante								
ITAÚ		-	-	-	1.396	-	-	1.396
BANCO DO BRASIL		-	-	-	1.396	-	-	1.396
BRADESCO		-	-	-	1.396	-	-	1.396
BDMG		-	-	-	1.226	-	-	1.226
BNDES - PONTE		46.418	-	(893.562)	26.306	45.338	-	828.112
BNDES - FINAME		1.281	-	(1.288)	(289)	308	-	1.278
Custos a amortizar		<u>(3.557)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>97.748</u>	<u>(24.981)</u>	<u>(69.208)</u>
		<u>44.142</u>	<u>-</u>	<u>(894.850)</u>	<u>(26.595)</u>	<u>51.060</u>	<u>(24.981)</u>	<u>6.692</u>
Passivo não circulante								
ITAÚ		-	231.686	-	-	-	-	231.686
BANCO DO BRASIL		-	231.686	-	-	-	-	231.686
BRADESCO		-	231.686	-	-	-	-	231.686
BDMG		-	199.946	-	-	-	-	199.946
BNDES - PONTE		828.112	-	-	-	-	(828.112)	-
BNDES - FINAME		4.658	-	-	-	-	(1.266)	3.392
Custos a amortizar		<u>(69.208)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.208</u>
		<u>763.562</u>	<u>895.004</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(760.170)</u>	<u>898.396</u>
Total dívida		<u>807.704</u>	<u>895.004</u>	<u>(894.850)</u>	<u>(26.595)</u>	<u>51.060</u>	<u>(24.981)</u>	<u>905.088</u>

(i) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.  
(ii) Custos incorridos necessários para alteração da dívida.

Empresas	31/12/2018	Pagamento		Provisão de juros	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido (iii)	Variação monetária	Transferência (ii)	31/12/2019
		Principal	Juros (i)						
Passivo circulante									
BNDES - PONTE		915.415	(44.713)	(57.333)	60.014	-	1.147	(828.112)	46.418
BNDES - FINAME		1.072	(1.160)	(490)	383	-	-	1.476	1.281
Custos a amortizar		<u>(37.974)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.835</u>	<u>(38.626)</u>	<u>69.208</u>	<u>(3.557)</u>
		<u>878.513</u>	<u>(45.873)</u>	<u>(57.823)</u>	<u>60.397</u>	<u>3.835</u>	<u>(38.626)</u>	<u>1.147</u>	<u>44.142</u>
Passivo não circulante									
BNDES - PONTE		-	-	-	-	-	-	828.112	828.112
BNDES - FINAME		6.134	-	-	-	-	-	(1.476)	4.658
Custos a amortizar		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(69.208)</u>	<u>(69.208)</u>
		<u>6.134</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>757.428</u>	<u>763.562</u>
Total dívida		<u>884.647</u>	<u>(45.873)</u>	<u>(57.823)</u>	<u>60.397</u>	<u>3.835</u>	<u>(38.626)</u>	<u>1.147</u>	<u>807.704</u>

**Custo**

Custo	Prazo de vida útil	31/12/2018		Adições	Baixas/ Impair- ment(b)	Transfe-rências (a)	31/12/2019
Software	5 anos	8.509	-	-	-	-	8.509
Direito de concessão	(c)	1.538.568	644	(375.736)	183.393	1.346.869	
Adiantamento a fornecedores		671	-	-	-	671	
Intangível em construção		<u>113.280</u>	<u>112.952</u>	<u>-</u>	<u>(183.904)</u>	<u>42.328</u>	
		<u>1.661.028</u>	<u>113.596</u>	<u>(375.736)</u>	<u>(511)</u>	<u>1.398.377</u>	
Amortização acumulada							
Software		(5.250)	(1.689)	-	-	(6.939)	
Direito de concessão		(130.812)	(61.590)	1	-	(192.401)	
		<u>(136.062)</u>	<u>(63.279)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(199.340)</u>	
Intangível líquido		<u>1.524.966</u>	<u>50.317</u>	<u>(375.735)</u>	<u>(511)</u>	<u>1.199.037</u>	

(a) O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil. (b) Reconhecimento de impairment no montante de R\$271.730 em 31 de dezembro de 2020 (R\$375.736 em 31 de dezembro de 2019). (c) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1.a). A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão. **Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment").** De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, em 31 de dezembro de 2020, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relitização do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota explicativa 1.b). A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em junho de 2022; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período até o momento da devolução da concessão; (iii) valor da indenização referente a adesão ao processo de relitização no valor total dos ativos imobilizados e intangível não amortizados, desconto do excedente tarifário e multas administrativas; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (v) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária até a devolução; (vi) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTN-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização. As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSL de 9,90% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,00% sobre o período 2021 a 2025; e valor de indenização correspondente ao valor do saldo de investimento projetado e não amortizado, desconto do excedente tarifário e multas administrativas.

**Ativos cedidos em garantia.** A Companhia não possui ativos dados em garantia.

**9. FORNECEDORES**

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	35.763	23.047
Retenções contratuais	5.086	5.199
Verba de fiscalização (ANTT)	4.026	3.980
Circulante	<u>44.875</u>	<u>32.226</u>
Fornecedores nacionais	<u>2.805</u>	<u>3.836</u>
Não circulante	<u>2.805</u>	<u>3.836</u>

Em 28 de julho de 2020, foi constituído pela controladora Invepar o INVP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ("FIDC") com o objetivo de captar recursos para aquisição preponderantemente em Direitos Creditórios nos termos da política de investimento e fortalecer os fornecedores da Companhia de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado dos títulos em aberto. O montante registrado nesta rubrica refere-se a contratos firmados entre a Companhia e seus fornecedores de bens e serviços que tiveram seus recebíveis antecipados juntos ao FIDC. Em 30 de setembro de 2020, havia o montante de R\$15.433 e em 31 de dezembro de 2020, este montante foi liquidado em sua totalidade.

**10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
ITAÚ	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22	233.082	-
BANCO DO BRASIL	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22	233.082	-
BRADESCO	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22	233.082	-
BDMG	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22	201.173	-
BNDES - PONTE	Reais	TJLP + 2% a.a.	mai/21	-	874.530
BNDES - FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	4.669	5.939
Custo de captação				-	(72.765)
Total				<u>905.088</u>	<u>807.704</u>
Circulante				6.692	44.142
Não circulante				898.396	763.562

Empresas	31/12/2019	Pagamento		Provisão de juros	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido (iii)	Transferência (ii)	31/12/2020
		Principal	Juros (i)					
Passivo circulante								
ITAÚ		-	-	-	1.396	-	-	1.396
BANCO DO BRASIL		-	-	-	1.396	-	-	1.396
BRADESCO		-	-	-	1.396	-	-	1.396
BDMG		-	-	-	1.226	-	-	1.226
BNDES - PONTE		46.418	-	(893.562)	26.306	45.338	-	828.112
BNDES - FINAME		1.281	-	(1.288)	(289)	308	-	1.278
Custos a amortizar		<u>(3.557)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>97.748</u>	<u>(24.981)</u>	<u>(69.208)</u>
		<u>44.142</u>	<u>-</u>	<u>(894.850)</u>	<u>(26.595)</u>	<u>51.060</u>	<u>(24.981)</u>	<u>6.692</u>
Passivo não circulante								
ITAÚ		-	231.686	-	-	-	-	231.686
BANCO DO BRASIL		-	231.686	-	-	-	-	231.686
BRADESCO		-	231.686	-	-	-	-	231.686
BDMG		-	199.946	-	-	-	-	199.946
BNDES - PONTE		828.112	-	-	-	-	(828.112)	-
BNDES - FINAME		4.658	-	-	-	-	(1.266)	



UMA EMPRESA  
**invepar**  
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. c) **Riscos regulatórios:** A Companhia é parte em processos administrativos relacionados a questões regulatórias advindos do curso normal de suas operações. Esses processos iniciaram a partir de 2016 e encontram-se em andamento no âmbito administrativo, no qual a Companhia já apresentou as defesas e recursos.

Movimentação das provisões para contingências prováveis:

Natureza do risco	31/12/2019	Constituição	Reversões/pagamentos	Atualização monetária	31/12/2020
Trabalhistas	2.741	1.436 (1.931)	225	2.470	2.470
Cíveis	651	1.025 (308)	244	1.612	1.612
Regulatórios(*)	148.577	— (28.705)	—	119.872	119.872
Total	151.969	2.462 (30.944)	469	123.955	123.955

(\*) Reversões registradas devido ao efeito das reavaliações realizadas pelo departamento jurídico da Companhia em conexão com os seus advogados externos nos processos regulatórios.

Natureza do risco	31/12/2018	Constituição	Reversões/pagamentos	31/12/2019
Trabalhistas	1.495	3.051 (1.805)	2.741	2.741
Cíveis	312	877 (538)	651	651
Regulatórios*	—	148.577	—	148.577
Total	1.807	152.505 (2.343)	151.969	151.969

(\*) Variações decorrentes de reavaliações dos processos regulatórios e de acréscimos contratuais/legais, conforme análise realizada pelos departamentos internos da Companhia subsidiada pelos advogados externos. **Riscos possíveis:** A Companhia é ré em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período. As causas cíveis envolvem, principalmente, processos de danos materiais e pensão, já as causas trabalhistas têm em sua maioria processos referentes às horas extras, danos morais e pensão. Segue:

Natureza do risco	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	10.096	10.071
Cíveis	29.000	25.127
Tributária	571	1.048
Regulatórios*	494.923	164.307
Outros	1.248	104
Total	535.838	200.657

(\*) Variações decorrentes de reavaliações dos processos regulatórios e de acréscimos contratuais/legais, conforme análise realizada pelos departamentos internos da Companhia subsidiada pelos advogados externos. **Procedimento arbitral com a OAS – Contingência ativa:** Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a VIA040 e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço unitário. Em 16 de setembro de 2015, a VIA040 notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de rescindir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário. Em 17 de dezembro de 2015, a VIA040 e a Construtora OAS S.A. firmaram termo de Transação que previu a quitação dos pleitos apresentados pela construtora mediante o pagamento de R\$34.292, em favor da Construtora OAS S.A., sendo o saldo de R\$ 1.138 condicionado à execução da integralidade dos serviços de reparo dos defeitos listados no Anexo I ao referido termo. A transação também assegurou a obrigação da construtora garantir a segurança e solidez das obras, bem como indenizar eventuais danos decorrentes de obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias relativas aos empregados e/ou contratados da OAS ou de danos ambientais causados pela construtora. As Partes também ficaram obrigadas ao ressarcimento dos danos decorrentes de dolo. Em 12 de fevereiro de 2017, a VIA040 interps processo arbitral em face da Construtora OAS S.A. a fim de que a construtora seja condenada a reparar os vícios na obra, bem como a indenizar todos os outros gastos/prejuízos decorrentes da ação e/ou omissão da Construtora OAS S.A. no valor estimado de R\$17.800. As partes firmaram termo de arbitragem, em 13 de novembro de 2017. Em 26 de fevereiro de 2018, a VIA040 apresentou suas Alegações Iniciais, que foram respondidas em 10 de maio de 2018, pela OAS. SA. A peça foi replicada, em 11 de junho de 2018, pela VIA040 e a tréplica foi apresentada pela OAS no dia 11 de julho de 2018. As partes especificaram as provas que pretendem produzir e aguarda-se a realização da prova pericial de engenharia. Em 17 de abril de 2019, foi proferida a Ordem Processual nº 13, deferindo parcialmente o parcelamento requerido pela OAS. O início dos trabalhos não sofrerá atrasos, mas o laudo somente será liberado após a quitação integral dos honorários do expert. A OAS apresentou manifestação requerendo a reconsideração de tal decisão em vista da impossibilidade de cumprimento do parcelamento proposto pelo Tribunal Arbitral. No dia 20 de setembro de 2019, a OAS se manifestou dizendo que não tinha interesse na realização de tais ensaios, enquanto a Via 040 se posicionou no sentido de que seriam eles necessários. O Tribunal emitiu a Ordem Processual nº 16 determinando que as partes se manifestassem sobre os pontos trazidos pela outra parte, o que foi cumprido em 3 de outubro. Diante disso, foi proferida, em 08 de outubro de 2019, a Ordem Processual nº 17 determinando a realização dos ensaios de campo, bem como determinando que os custos sejam arcados integralmente pela Via 040, já que ela é que entendeu ser necessária tal prova. Determinou, ainda, que a Via 040 pagasse o valor até o dia 15 de outubro, que os ensaios fossem entregues até 10 de novembro e o laudo até 10 de dezembro, devendo as partes se manifestarem a respeito de toda esta documentação até 07 de fevereiro de 2020. Como o perito informou a impossibilidade de entregar o material dentro do prazo estipulado pelo Tribunal, os árbitros cancelaram os prazos anteriormente estabelecidos e determinaram que se aguardasse a entrega deste material para ulterior deliberação. No início de junho de 2020, foi entregue o laudo pericial pelo expert nomeado pelo Tribunal Arbitral que, mediante a Ordem Processual nº 19, abriu prazo para que as partes se manifestem até o dia 22 de julho sobre o trabalho apresentado, juntando parecer de assistente técnico, caso queiram, e até 10 de agosto sobre a manifestação da outra parte. Apresentada pelas partes manifestação sobre os pareceres dos assistentes técnico da outra parte, bem como formulado pedido esclarecimentos sobre o laudo pericial, o Tribunal Arbitral, por meio da Ordem Processual nº 20, determinou que o expert se manifestasse até 25 de setembro, enquanto que as partes deveriam se manifestar até 19 de outubro 2020 sobre os esclarecimentos, confirmando se pretendem produzir as provas especificadas em manifestação datada de 08 de agosto de 2018, especialmente quanto à produção de prova oral. Caso fossem juntados documentos em tal data, o que foi feito apenas pela Via 040, a contraparte deveria se manifestar até o dia 03 de novembro de 2020 a respeito. Em 19 de outubro de 2020, ambas as partes se manifestaram dizendo que era desnecessária a produção de prova oral e a Via 040 requereu apenas esclarecimentos adicionais do expert, sem necessidade de ouvi-lo em audiência. Em 03 de novembro de 2020, a OAS se manifestou pugnando pela rejeição dos argumentos da Via 040 e pedindo seja rejeitado o pedido de novos esclarecimentos do perito. Em 01 de dezembro de 2020, o Tribunal emitiu a Ordem Processual nº 21 deferindo a intimação do expert para, até 8 de janeiro de 2021, responder a parte dos pedidos de esclarecimentos formulados pela Via 040. Após, as partes teriam até o dia 2 de fevereiro de 2021 para apresentarem suas considerações aos novos esclarecimentos formulados pelo Perito e, caso houvesse a juntada de novos documentos, o Tribunal facultou à parte contrária prazo até 22 de fevereiro de 2021, para apresentação de suas considerações. As partes se manifestaram em 2 de fevereiro e não juntaram qualquer documento adicional. Diante disso, no dia 11 de fevereiro de 2021, o Tribunal Arbitral emitiu a Ordem Processual nº 22 cancelando o prazo previsto para o dia 22 de fevereiro e marcou audiência de apresentação do caso para o dia 11 de março. Realizada a audiência, o Tribunal Arbitral ficou de definir se haverá dilação probatória, para apresentação de documentos relativos à pretensão da Via 040 de reembolso dos valores despendidos em reclamações trabalhistas de responsabilidade da OAS, bem como para a quantificação de prejuízos sofridos pela Via 040 em relação aos danos sofridos nas praças de pedágio, ou se relegará essa questão à quantificação dos danos para a eventual fase de liquidação de sentença, abrindo, desde logo, prazo para Alegações Finais. Aguarda-se, assim, a Ordem Processual a respeito.

**12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Capital social: Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 1.013.899, representados por 1.458.341.009 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar (31 de dezembro de 2019 é de R\$949.123, representados por 1.092.695.128 ações ordinárias). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconhecceu R\$64.776 como aumento de capital (R\$195.873 em 31 de dezembro de 2019).

**13. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**  
A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31

de dezembro de 2020 e 2019 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza: **Receitas por natureza**

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de pedágio	372.227	374.429
Receita extraordinária	9.736	8.449
Impostos, deduções e cancelamentos	(31.400)	(31.694)
Receita de serviços	350.563	351.184
Receita de construção	118.300	101.827
Receita total	468.864	453.011

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Custos e despesas por natureza</b>		
Pessoal	(64.180)	(49.781)
Conservação e manutenção	(84.894)	(52.945)
Despesas administrativas	(11.396)	(36.974)
Operacionais	(76.904)	(66.056)
Custo de construção	(118.300)	(101.827)
Provisão de manutenção <sup>1</sup>	10.457	(3.743)
Depreciação e amortização	(76.164)	(70.662)
Reversão (provisão) para riscos <sup>2</sup>	27.322	(153.279)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(430)	—
Provisão para redução ao valor recuperável <sup>3</sup>	(271.730)	(375.276)
Outras receitas operacionais	4.795	1.848
Total	(661.423)	(908.695)
Custo de serviços prestados	(263.959)	(229.904)
Custo de construção	(118.300)	(101.827)
Reversão (provisão) para riscos <sup>2</sup>	27.322	(153.279)
Despesas gerais e administrativas	(39.552)	(50.256)
Outras receitas (despesas) operacionais	(266.934)	(373.429)
Total	(661.423)	(908.695)

<sup>1</sup> Provisão de manutenção baixa decorrente do novo Termo Aditivo (vide Nota Explicativa nº 20). <sup>2</sup> Reversões efetuadas nos processos regulatórios devido ao efeito das reavaliações realizadas pelo departamento jurídico da Companhia em conexão com os seus advogados externos (vide Nota Explicativa nº 11). <sup>3</sup> Vide Nota Explicativa nº 8.

**14. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	38	598
Juros sobre aplicações financeiras	164	347
Variação monetária ativa	1.478	500
Total receitas financeiras	1.680	1.445
<b>Despesas financeiras</b>		
Comissões e despesas bancárias	(114.882)	(16.006)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(56.700)	(60.397)
Variação monetária passiva	(492)	(2.618)
Outros*	(17.556)	(22.859)
Total despesas financeiras	(189.629)	(101.880)
Total resultado financeiro	(187.950)	(100.435)

(\*) Deste montante, R\$17.431 refere-se ao contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança), conforme Nota explicativa nº 6.

**15. RESULTADO POR AÇÃO**

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Numerador básico</b>		
Resultado do período atribuível aos acionistas	(378.693)	(554.598)
Denominador básico	—	—
Média ponderada das ações (em milhares)	1.321.086	948.240
Resultado do exercício básico por ação (R\$)	(0,287)	(0,585)

**16. SEGUROS**  
A Companhia mantém seguro—garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

Modalidade	Limite Máximo de Indenização (a)	Vigência		Seguradora
		Início	Vencimento	
Garantia ao poder concedente (a)	587.130	20/03/2021	20/03/2022	Potencial
Responsabilidade civil geral (b)	100.000	01/08/2020	01/08/2021	Tókió Marine
Riscos operacionais (c)	280.000	01/08/2020	01/08/2021	Tókió Marine
Veículos	Tabela FIPE	24/08/2020	24/08/2021	Porto Seguro
D&O	100.000	04/05/2020	04/05/2021	XL Seguros
Fiança locatícia	673.777	29/08/2020	29/08/2021	Potencial
Fiança locatícia (d)	698.770	01/03/2020	01/03/2021	Potencial

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia "PER".

(b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão. (c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia. (d) Após o vencimento em 01/03/2021, este seguro não foi renovado. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

**17. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico—financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram—se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos, obrigações com empregados, parte relacionada e fornecedores.

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Instrumentos financeiros</b>		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	11.976	—
Contas a receber	—	28.802
Total do ativo	11.976	28.802
Passivos		
Fornecedores	—	47.680
Partes relacionadas	—	31.843
Empréstimos e financiamentos	—	905.089
Obrigações com empregados e administradores	—	6.475
Total do passivo	—	991.087

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) **Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado:** Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam—se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. • **Contas a receber:** O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. b) **Exposição a riscos de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Os passivos financeiros da Companhia estão vinculados à variação da TJLP. c) **Concentração de risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. d) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

	31 de dezembro de 2020	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	6.692	898.396	905.089	905.089
Fornecedores	44.875	2.805	47.680	47.680

Dado o processo de relicitação, conforme citado na Nota explicativa nº 1, caberá à companhia indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, ao final deste processo. O valor de indenização calculado pelo poder concedente pode diferir daqueles previstos pela Companhia o que poderá levar a uma disputa jurídica entre as partes e que definirá o valor final da indenização. e) **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros:** A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	2,69%	2,02%	1,35%
DI Passivo (% ao ano)	2,69%	3,36%	4,04%

Os indicadores utilizados para 2020 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central. Em 31 de dezembro de 2020, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Compromissadas com lastro em debêntures	DI	7.617	205	154	103
e.2) Passivo financeiro					

Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimo	DI	905.088	24.347	30.411	36.565

f) **Gestão do capital:** O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos	905.089	807.704
Caixa e equivalentes de caixa	(11.976)	(19.117)
Dívida líquida	893.113	788.587
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(116.572)	197.345
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dívida líquida	776.541	985.932

g) **Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

<b>Mensurados a valor justo Ativos financeiros</b>	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	7.617	—	7.617	—
Total	7.617	—	7.617	—
Empréstimos e financiamentos	905.089	—	905.089	—
Total	905.089	—	905.089	—

<b>Mensurados a valor justo Ativos financeiros</b>	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	12.796	—	12.796	—
Total	12.796	—	12.796	—
Empréstimos e financiamentos	807.704	—	807.704	—
Total	807.704	—	807.704	—

**18. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA**  
A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2020	31/12/2019
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	5.231	10.729
Financiamento ainda não liquidados financeiramente	895.004	—

**19. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES**

A partir da assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a VIA 040 deverá manter em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato, no valor de R\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais), a preços de novembro de 2012, reajustado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Durante o período de vigência deste Termo Aditivo, a Concessionária deverá prestar os serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração da rodovia e executar os investimentos essenciais (Passarela km 4,1/GO; Passarela 532,7/MG; Passare



UMA EMPRESA  
**invepar**  
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

1 – Frente de Manutenção	2 – Frente de Investimentos	3 – Frente de Conservação	4 – Frente de Serviços Operacionais
<ul style="list-style-type: none"> <li>Pavimento</li> <li>Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança</li> <li>Obras de Arte Especiais</li> <li>Sistema de Drenagem e OAC</li> <li>Terraplenos e Estruturas de Contenção</li> <li>Canteiro Central e Faixa de Domínio</li> <li>Implantação e Recuperação das Edificações e Instalações Operacionais</li> <li>Sistemas Elétricos e de Iluminação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Obras de Melhorias – Investimentos essenciais</li> <li>Obras emergenciais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pavimento</li> <li>Elementos de Proteção e Segurança</li> <li>Obras de Arte Especiais</li> <li>Sistema de Drenagem e OAC</li> <li>Terraplenos e Estruturas de Contenção</li> <li>Canteiro Central e Faixa de Domínio</li> <li>Edificações e Instalações Operacionais</li> <li>Sistemas Elétricos e de Iluminação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Centro de Controle Operacional</li> <li>Equipamentos e Veículos da Administração</li> <li>Sistema de Controle de Tráfego</li> <li>Sistema de Atendimento ao Usuário</li> <li>Sistema de Pedágio e Controle de Arrecadação</li> <li>Sistema de Comunicação</li> <li>Sistema de Pesagem</li> <li>Sistema de Guarda e Vigilância Patrimonial</li> <li>Veículos de Fiscalização da ANTT</li> <li>Posto da Polícia Rodoviária Federal</li> </ul>

As verbas relativas aos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (cláusula 16 do Contrato de Concessão Originário) e Segurança no Trânsito (cláusula 15.10 do Contrato de Concessão Originário) ficam sobrestadas até o final da vigência do presente Termo Aditivo, permane-

cendo a verba de fiscalização. O PER prevê período de vigência o prazo disciplinado pelo 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 006/2013, ou seja, 24 meses contados da publicação do Decreto nº 10.248/2020, do dia 18 de fevereiro de 2020.

**20. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO**

A Companhia constituiu provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao Poder Concedente, a partir do momento em que o ativo construído se torna operacional considerando a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI. O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG, a serem mantidos pela Via 040 até 18 de fevereiro de 2022. Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado pela Companhia de R\$10.457 referente a provisão para recuperação da infraestrutura foi integralmente revertido.

**21. PROVISÃO AMBIENTAL**

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inerentes quando da obtenção do mesmo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado pela Companhia é de R\$2.135 (R\$2.979 em 31 de dezembro de 2019). De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), a Companhia iniciou o dispêndio dos recursos relacionados ao projeto em fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para o ano de 2022.

**22. CONTRATO DE CONCESSÃO**

O objeto do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 006/2013 estabelece as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato de Concessão Originário (contrato celebrado entre a ANTT e a Concessionária em 12 de março de 2014, como decorrência do Edital nº 006/2013), conforme descrito na nota explicativa 19, assim como as responsabilidades durante o período de transição e na transferência da concessão, a serem observadas durante a vigência deste Termo Aditivo, a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao empreendimento. O referido Termo

Aditivo possui prazo de duração de 24 meses contados a partir da publicação do Decreto nº 10.248/2020, ocorrida em 18/02/2020. O prazo de vigência deste Termo Aditivo poderá ser prorrogado, justificadamente, mediante deliberação do CPPI e anuência expressa da Concessionária. Como parte do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritas na Nota explicativa nº19. Durante a vigência do Termo Aditivo, a Concessionária deverá elaborar Relatórios de Transição (inicial, Intermediário e Final) contendo o resultado das monitorações periódicas realizadas na rodovia e inventário com a lista de bens reversíveis e seu estado. Os bens mencionados nos Relatórios de Transição serão transferidos ao futuro contratado ou provisoriamente ao Poder Concedente, mediante a assinatura de Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, com a intervenção da ANTT. O valor da Tarifa de Pedágio a ser praticado pela Concessionária durante a vigência do termo aditivo será de R\$ 5,30, fixada pela ANTT no âmbito da 2ª Revisão Ordinária e 4ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão originário. A tarifa de pedágio será reajustada anualmente, a partir da data de celebração do termo aditivo, para incorporar a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A Tarifa Calculada considerando a suspensão das obrigações de investimentos não essenciais, que servirá de base para o cálculo do excedente tarifário, é de R\$ 2,53803, com data-base de abril/2020. O valor excedente de receita tarifária auferido pela Concessionária durante a vigência do Termo Aditivo, obtido a partir da diferença entre as tarifas R\$5,30 e R\$2,53803, será reajustado, a partir da data de celebração do Termo Aditivo até o pagamento da indenização, para incorporar a variação do IPCA e a taxa de desconto do fluxo de caixa marginal, e será descontado do valor da indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados ou depreciados. Caso o valor excedente da receita tarifária seja superior a indenização de bens reversíveis não amortizados ou depreciados, a diferença deverá ser revertida ao Poder Concedente.

**23. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO**

A receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada segundo estágio da construção da infraestrutura referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$1.236.034 como receita de construção (R\$1.389.868 em 31 de dezembro de 2019). O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. O custo total incorrido da construção da infraestrutura até 31 de dezembro de 2020 é de R\$118.346 (R\$101.827 em 31 de dezembro de 2019), incluindo R\$671 (R\$671 em 31 de dezembro de 2019) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040**

Nova Lima - MG

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada, “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 1.b., às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que indicam que a Companhia: (i) incorreu em prejuízo de R\$ 378.693 mil; (ii) apresentou passivo a descoberto de R\$ 116.572 mil e; (c) conforme balanço patrimonial naquela data, o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante em R\$ 46.002 mil. Chamamos, também, a atenção ainda na Nota explicativa nº 1.b., em que a Companhia menciona que em 20 de novembro de 2020 foi assinado termo aditivo ao processo de relicitação que estabelece, dentre outras matérias, suspensão temporária das obrigações de investimentos originais ao contrato de concessão, condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoramento a serem mantidos pela VIA 040 dessa data até a conclusão do processo de relicitação. Dessa forma, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos nessa nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

**Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão**

**Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria**  
Conforme descrito na Nota explicativa nº 8 – “Intangível”, a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, que representam aproximadamente 93% do total dos ativos. Em 31 de dezembro de 2020, a situação financeira da Companhia, atrelada a expectativa de indenização dos ativos intangíveis não amortizados, bem como à redução econômica do Produto Interno Bruto do Brasil, eram indicativos de que o valor contábil desses ativos poderiam exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração da Companhia efetuou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível.

Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, uma vez que na

determinação das premissas utilizadas pela administração da Companhia estão consideradas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, já que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo, em adição à incerteza na realização dos ativos devido a relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 e no Decreto 10.248 do Poder Executivo de 18 de janeiro de 2020, que qualificou o trecho da Rodovia BR-040 para fins de relicitação e a assinatura do termo aditivo em 20 de novembro de 2020.

**Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis**

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis, tendo como premissa-chave os termos da relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17. Também revisamos outras premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Análises a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para seu cálculo.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.

Ana Cristina Linhares Areosa  
CT CRC RJ-081.409/O-3  
Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 25P-025.583/O-1

**SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS  
AVISO DE LICITAÇÃO**

O Serviço Social do Comércio - SESC - Em Minas Gerais Comunica que será realizada Licitação na modalidade Leilão - nº 01/2021, que tem como objeto a alienação de mobiliário e outros materiais, de uso do SESC EM MINAS GERAIS, no estado em que se encontram, a ser realizado pelo Leiloeiro Público Oficial – Ronald de Freitas Moreira, matrícula JUCEMG nº 1093. Realização do Leilão: na forma "Online": no site [www.sandrasantosleiloes.com.br](http://www.sandrasantosleiloes.com.br) fechamento no dia 16/04/2021, a partir das 13:00 horas. Os bens estarão disponíveis para visitação do dia 13/04/2021 ao dia 15/04/2021, horário comercial, nos seguintes locais, SESC SÃO FRANCISCO, SESC CONTAGEM, SESC VENDA NOVA, CD VENDA NOVA. O Edital completo se encontra disponível no site [www.sescmg.com.br](http://www.sescmg.com.br) ou [www.sandrasantosleiloes.com.br](http://www.sandrasantosleiloes.com.br). Mais informações pelo telefone: (32) 9 9199-8124.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS VERMELHAS/MG  
Aviso de Licitações**

A Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas/MG, torna público a realização de licitações nas modalidades: **PREGÃO PRESENCIAL 011/2021**, tipo menor preço por item, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de serviços gráficos e impressão digital em lona e PVC através de empresa especializada para atender os diversos setores da administração, cujo credenciamento se dará às 09:00 horas do dia 16 (dezesseis) de abril de 2021. **TOMADA DE PREÇOS 004/2021**, tipo menor preço por item, destinado a contratação de serviços executados por profissional habilitado em gestão técnica e acompanhamento de convênios firmados pelo município de Águas Vermelhas, bem como executar suas prestações de contas parciais e finais, cujos envelopes de habilitação e propostas deverão ser entregues até às 09:00 horas do dia 15 (quinze) de abril de 2021. Maiores informações, bem como Editais completos, junto a Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas/MG, com sede na Rua São Vicente, 164 - Centro, pelo telefone (33) 3755-1490, e-mail [licitacao2021av@gmail.com](mailto:licitacao2021av@gmail.com) e site [www.aguasvermelhas.mg.gov.br](http://www.aguasvermelhas.mg.gov.br) Águas Vermelhas/MG, 26 de março de 2021  
Farley Araújo Santos  
Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PARÁ/MG**

Extrato de Homologação do Processo Licitatório nº 015/2021, Pregão Eletrônico nº 004/2021. Objeto: Aquisição de 02 veículos zero km, sendo 1 tipo van com capacidade mínima de 21 lugares, ano/modelo mínimo 2020/2021, e 1, com capacidade de mínima 05 lugares, ano/modelo mínimo 2020/2021, para atender a demanda da Secretaria de Assistência Social nos termos do convênio 893978/2019, do Ministério da Cidadania para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil. Empresas vencedoras: Societe Comercio de Veículos Ltda - CNPJ/MF sob o nº 29.987.662/0001-89, venceu o item 01 valor total R\$ 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais), Carmo Veículos Ltda - CNPJ/MF sob o nº 02.251.332/0001-74, venceu o item 02 valor total R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). São Gonçalo do Pará, 29 de março de 2021. Osvaldo de Souza Maia - Prefeito Municipal.

## Errata

Por uma falha técnica do Jornal Hoje em Dia, o edital do Esporte Clube Sírio De Belo Horizonte, publicado no dia 10/03/2021 página 3, onde se lê 15 de março de 2020, leia-se 28 de março de 2021 e onde se lê 27 e fevereiro de 2020, leia-se 10 de março de 2021, onde se lê prestação de contas 2019, leia-se prestação de contas 2020.

## CIA. PARAENSE DE EMPREENDIMENTOS

CNPJ: 20.134.177/0001-98

AVISO: Achem-se à disposição dos Acionistas os Documentos do Art. 133 da Lei das S.A. **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** Ficam Convocados os Acionistas para comparecerem na Sede Social sita à Rua Expedicionários nº 72 - Centro - Pará de Minas/MG, às 08h do dia 30.04.2021 para seguinte Ordem do Dia: 1 - Apreciar e votar as Contas Sociais de 2020; 2 - Decidir sobre outros assuntos de interesse Social. Pará de Minas, 25 de Março de 2021. A Diretoria.

## MINERAÇÕES GERAIS LTDA

MINERAÇÕES GERAIS LTDA, por determinação da Superintendente da SUPRAM Central Metropolitana, torna público que obteve por meio do Processo nº 14072/2016, a Portaria 0308311/2020 de Outorga de Direito de Uso de Águas Públicas Estaduais, concedida com condicionante para captação de água por meio de Poço Tubular, Bacia Estadual do Rio Paraopeba, localizada no município de Inhaúma/MG, válida até 27/06/2030.

## COWAN PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.760.020/0001-00

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Nota	2020	2019	Passivo Circulante		
				Nota	2020	2019
Tributos a recuperar		89	83		2.160	2.160
Créditos e valores a receber		163	1		174	619
		252	84		79	138
					92	226
					38	355
					2.543	3.498
<b>Não circulante</b>						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais		2	2		6	48.797
Partes relacionadas	4	2.696	-		426	-
		2	2.698		4	1.072
Propriedade para investimento	5	150.000	275.000		7	105
Imobilizado		4	10		8	49.328
		150.006	277.708			92.558
		150.258	277.792			
					8	7.761
						6.111
						(1.279)
						6.482
						97.403
						78.222
						181.736
						190
						190
						(190)
						181
						(83.720)
						83.720
						-
						-
						-
						7.761
						(1.279)
						6.482
						1.222
						12.461
						13.683
						-
						78.222
						-
						98.387
						181.736
						277.792

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Capital social			Reservas de lucros		Lucros acumulados	Ajuste de patrimonial	Adiantamentos para aumento de capital	Total
	Capital subscrito	Capital integralizar	Capital integralizado	Legal a realizar	Total				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.111	-	6.111	1.222	96.890	98.112	-	78.222	182.445
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(709)	-	(709)
Compensação de prejuízo com reserva de lucros	-	-	-	-	(709)	(709)	709	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.111	-	6.111	1.222	96.181	97.403	-	78.222	181.736
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	190	190
Aumento do capital social (AGE de 30/09/2020)	1.650	(1.279)	371	-	-	-	-	(190)	181
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(83.720)	(83.720)	83.720	-	(83.720)
Compensação de prejuízo com reserva de lucros	-	-	-	-	(83.720)	(83.720)	83.720	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.761	(1.279)	6.482	1.222	12.461	13.683	-	78.222	98.387

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Companhia tem por atividade principal a participação no capital social de outras sociedades, detendo a propriedade do imóvel rural denominado Fazenda Ana da Cruz, com aproximadamente 1.150 hectares, localizado nos municípios de Nova Lima e Sabará, ambos pertencentes à denominada Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. Este imóvel foi adquirido em 1977 para fins de investimento, tendo em vista a perspectiva de valorização imobiliária dessa área pela crescente urbanização dos municípios onde está localizada. Adicionalmente ao potencial de valorização imobiliária, nos últimos anos outras duas importantes oportunidades de realização do ativo representado pela Fazenda Ana da Cruz são: 1) o desenvolvimento da atividade imobiliária, tendo em vista o imóvel estar localizado próximo a região de crescente urbanização e a forte valorização imobiliária ocorrida nos últimos dez anos; e 2) o arrendamento do imóvel para o desenvolvimento da atividade de mineração. A Fazenda é superficialmente de importantes jazimentos de minério de ferro, estando localizada no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. Os direitos minerários são de titularidade de empresa ligada que, no momento, trabalha no licenciamento ambiental necessário à obtenção da concessão de lavra para a implantação do Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST) no local. Caso a atividade de mineração se concretize, o imóvel representado pela Fazenda Ana da Cruz terá seu uso redirecionado, passando a Companhia a se beneficiar do arrendamento das áreas necessárias ao desenvolvimento dessa atividade e/ou dos royalties gerados a partir dessa. O desmembramento da Fazenda Ana da Cruz para qualquer uma das situações mencionadas acima, certamente requererá a adaptação do seu estatuto social quanto ao seu objeto social e possivelmente em relação a sua denominação social. Isto resultará na necessidade de rever os procedimentos contábeis aplicados na classificação, avaliação e apresentação do referido imóvel e das demonstrações contábeis da Companhia.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as regras previstas na legislação societária brasileira (lei das sociedades por ações) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Embora o principal ativo da Companhia seja um imóvel destinado para fins de investimento que ainda não atingiu a fase de geração própria de caixa, a Administração considerou, na elaboração das demonstrações contábeis, o pressuposto da continuidade operacional, uma vez que não há expectativa de que os seus ativos serão realizados e ou que os seus passivos serão liquidados por valores significativamente diferentes dos seus correspondentes valores registrados no balanço patrimonial. Além disso, não há planos nem intenção da Administração para liquidar ou encerrar as operações da Companhia. Em 23 de fevereiro de 2021, a Administração da Companhia aprovou as demonstrações contábeis e autorizou sua divulgação.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis a seguir descritas foram adotadas consistentemente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Resultado do exercício:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. As receitas são reconhecidas no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto a sua realização. **b) Ativos circulantes:** Estão apresentados pelo seu valor líquido de realização **c) Propriedade para investimento:** É a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. Está avaliada pelo valor justo cujas alterações futuras no valor justo serão reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem. A Administração da Companhia contrata técnicos especializados para revisar o valor justo da propriedade a cada 2 (dois) anos, ou quando há indícios de ocorrência de variações relevantes (aumento ou redução). **d) Redução ao valor recuperável de ativos:** O imóvel, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos e constatou que não há indicadores de desvalorização, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios. **e) Imposto de renda e contribuição social:** Foram calculados à alíquota de 34% sobre a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atribuído para investimento. Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social são constituídos, levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

**f) Passivos circulantes e não circulantes:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** A Companhia adota as seguintes práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais: (i) os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, sendo apenas divulgados em nota explicativa aqueles para os quais haja perspectiva de êxito provável; (ii) os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles cujas perdas forem avaliadas como possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os avaliados como perdas remotas não são provisionados, nem divulgados; e (iii) as obrigações legais são registradas das exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia tenha questionado ou não a inconstitucionalidade de tributos. **h) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de realização de propriedade para investimentos, provisão para imposto de renda e contribuição social etc. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

## 4. Partes relacionadas

	2019
Ativo não circulante:	
Construtora Cowan S.A.	2.696
Passivo não circulante:	
Marcelo Borja de Filgueiras Moraes	107
Synval Filgueiras de Moraes Junior	80
Silvane Borja Filgueira de Moraes Noll	80
Cowan Petróleo e Gás S.A.	805
	1.072

## 5. Propriedade para investimento

Corresponde a um imóvel rural denominado Fazenda Ana da Cruz, situado nos municípios de Nova Lima e Sabará, que está avaliado pelo valor justo. O valor justo foi determinado por especialistas externos com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico do bem avaliado. Para realizar este trabalho, os especialistas externos consideraram informações a respeito da utilização do bem avaliado, e emitiram relatório datado de 22 de janeiro de 2021 que foi aprovado pela Administração da Companhia. Com base no mencionado laudo de avaliação, em 31 de dezembro de 2020, o valor do referido imóvel foi revisado e atualizado para R\$ 150.000. A diferença negativa (R\$ 125.000) entre o valor dessa avaliação e o da anterior (R\$ 275.000 em 2018) foi registrado no resultado do exercício, líquido da provisão para imposto de renda e contribuição social (R\$ 42.500). Essa redução decorreu da queda nos preços dos imóveis que vem ocorrendo nos últimos anos em função da retração econômica. O referido laudo de avaliação foi elaborado pelo Perito Avaliador considerando-se os dois métodos possíveis, de acordo com as normas vigentes, para avaliar um imóvel com as características da Fazenda Ana da Cruz. O laudo de avaliação utiliza o denominado método involutivo, pelo qual o valor do imóvel é apurado a partir dos proveitos econômicos esperados com o seu desenvolvimento imobiliário e posterior comercialização das unidades imobiliárias. Por esse método, o imóvel foi avaliado em R\$ 150.000. O Perito Avaliador também avaliou o imóvel pelo denominado método comparativo direto, o qual foi utilizado nas últimas avaliações desse imóvel. O método comparativo direto coleta preços de imóveis que supostamente seriam semelhantes ao imóvel que se pretende avaliar e, após tratamento estatístico e demais cálculos previstos na norma de regência, determina o valor do imóvel que se pretende avaliar. Pelo método comparativo direto, a Fazenda Ana da Cruz foi avaliada em R\$ 120.000. No entendimento do perito Avaliador, apresentada na conclusão do laudo, o método comparativo direto de avaliação não é adequado para se avaliar a Fazenda da Cruz, tendo em vista as peculiaridades desse imóvel, notadamente o fato de não haver na região nenhuma alienação de imóvel com as dimensões da Fazenda Ana da Cruz. Assim, o Perito Avaliador entendeu ser mais adequada a adoção do método involutivo, que leva em consideração o aproveitamento econômico do imóvel. Os procedimentos adotados estão em consonância com o pronunciamento técnico CPC 28 (NBC TG 28) e a interpretação técnica ICPC 10 (ICPC 10), ambos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. e sociedade em geral, as demonstrações contábeis da COWAN PARTICIPAÇÕES S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2020	2019
Recargas (despesas) operacionais:			
Avaliação de propriedade para investimento	5	(125.000)	-
Gerais e administrativas		(1.019)	(853)
Tributárias		(149)	(164)
Outras receitas operacionais		84	94
		(126.084)	(923)
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		116	358
Despesas financeiras		(252)	(144)
		(136)	214

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(126.220)	(709)
Imposto de renda e contribuição social	5	42.500
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(83.720)</b>	<b>(709)</b>
<b>Prejuízo do exercício por ação</b>	<b>(13,58)</b>	<b>(0,12)</b>

## 6. Imposto de renda e contribuição social diferidos (não circulante)

	2020	2019
Avaliação de propriedades para investimento		
- sobre custo atribuído (2010)	40.297	40.297
- sobre ajustes a valor justo (2012 a 2020)	8.500	51.000
	48.797	91.297

A Administração optou por não constituir o imposto de renda e a contribuição social diferido ativo (crédito tributário) de R\$ 443 (R\$ 245 em 2019) decorrente do prejuízo fiscal apurado no exercício, em razão da Companhia encontrar-se em fase pré-operacional. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 3.171 (R\$ 1.868 em 2019) que, de acordo com a legislação fiscal vigente, poderão ser aproveitados para compensar futuros lucros tributáveis, sem prazo de prescrição, com limite anual de até 30% dos lucros tributáveis. Consequentemente, os efeitos decorrentes da futura redução que esses créditos tributários provocarão sobre o imposto de renda e a contribuição social a pagar pela Companhia de, aproximadamente, R\$ 1.078 serão apropriados ao resultado do exercício em que ocorrer a sua efetiva realização.

## 7. Provisões para riscos

Correspondem ao valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas estimadas decorrentes das ações civis nas quais a Companhia é parte, na condição de reclamada principal ou figura no polo passivo como segunda demandada, calculado com base nas informações dos assessores jurídicos e na experiência anterior.

## 8. Patrimônio líquido

**a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado está representado por 6.166.523 (6.111.040 em 2019) ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, sendo que cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral dos Acionistas. **b) Reserva legal:** A constituição da reserva legal é obrigatória para todas as companhias brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, como determinado na legislação societária brasileira e no estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo manter a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **c) Reserva de lucros a realizar:** Corresponde a parte do acréscimo patrimonial, líquido do imposto de renda e contribuição social, apurado em decorrência da utilização do critério de avaliação a valor justo de propriedade para investimento, cujo efeito no fluxo de caixa da Companhia somente ocorrerá após a venda efetiva do respectivo ativo (nota explicativa 5). **d) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto. **e) Ajuste de avaliação patrimonial:** Corresponde ao acréscimo patrimonial, líquido do imposto de renda e contribuição social, proporcionado pela utilização do critério de avaliação da propriedade para investimento pelo custo atribuído, ajustando o saldo existente em 31 de dezembro de 2010 decorrente do custo de aquisição. Este procedimento decorreu da adoção inicial do padrão IFRS e a mensuração foi feita pelo valor justo. As alterações posteriores no valor justo estão sendo reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrem.

## 9. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia, classificados como ativos ou passivos financeiros, estão mensurados conforme práticas contábeis mencionadas na nota explicativa 3, incluem os saldos de tributos a recuperar, créditos e valores a receber, partes relacionadas, dividendos a pagar, obrigações tributárias e sociais, fornecedores e imposto de renda e contribuição social. Os valores contábeis desses instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de realização. Durante os exercícios de 2020 e 2019 a Companhia não aplicou em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo ou como instrumentos de hedge.

## 10. COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia a disseminação global do vírus identificado por COVID-19. Para conter a disseminação deste vírus, diversos órgãos governamentais adotaram medidas que afetaram os negócios e as atividades econômicas em diversos países, inclusive o Brasil.

A Administração concluiu que este assunto não afetou significativamente nem as atividades operacionais nem a continuidade operacional da Companhia e, por isso, entende não ser necessário o reconhecimento de quaisquer provisões para fazer face a eventuais perdas futuras dele decorrentes.

**Administração**  
Saulo Wanderley - Diretor Presidente  
Juarez Mariano Machado - Diretor  
Fábio Respositivo Assunção - Diretor

**Responsável técnico**  
Márcio Luis Andrade  
Contador CRC/MG 64.661/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Cowan Participações S.A.  
Belo Horizonte - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cowan Participações S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cowan Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(83.720)</b>	<b>(709)</b>
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais:</b>		
Resultado da avaliação de propriedade para investimento (líquido de impostos)	82.500	-
Juros e variações monetárias ativas e passivas	121	(241)
Reversão de provisões para riscos	(84)	(12)
Depreciações	6	6
	(1.177)	(956)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Redução (aumento) nos débitos diversos	(317)	175
Aumento (redução) nos créditos e valores a receber	(162)	1
Redução (aumento) em obrigações sociais	(134)	97
Redução em fornecedores	(59)	(25)
Redução (aumento) em obrigações tributárias	(19)	331
Aumento nos tributos a recuperar	(6)	-
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>(1.874)</b>	<b>(377)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:</b>		
Redução dos mútuos ativos com partes relacionadas	2.792	479
Redução dos mútuos passivos com partes relacionadas	(1.289)	(102)
Aumento do capital social	371	-
<b>Disponibilidades líquidas obtidas das atividades de financiamentos</b>	<b>1.874</b>	<b>377</b>
<b>Diminuição nas disponibilidades</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Disponibilidades no início do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Disponibilidades no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que, conforme mencionado na nota explicativa 1, o principal ativo da Companhia é um imóvel destinado para fins de propriedade e que, por isso, ela ainda não atingiu a fase de geração própria de caixa. A Administração, por não ter expectativa de que os ativos e os passivos da Companhia serão realizados e ou liquidados, respectivamente, por valores significativamente diferentes dos correspondentes valores registrados no balanço patrimonial, conforme mencionado na nota explicativa 2, considerou, na elaboração das demonstrações contábeis, o pressuposto da continuidade operacional. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso as suas atividades não apresentem o resultado esperado, que dependem do sucesso de suas operações futuras. Entretanto, a manutenção das atividades da Companhia, nas atuais circunstâncias, dependerá do suporte financeiro dos seus acionistas e de terceiros, até que elas se tornem rentáveis. Assim sendo, o conjunto das demonstrações contábeis deve ser lido considerando esse contexto.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir

**MUNICÍPIO DE MACHADO**

**EXTRATO DA ATA Nº 005/2021**

**Partes:** Município de Machado / Mauro Antonio de Moura Gonçalves 14844206672, CNPJ/MF n.º 29.588.272/0001-36, Otavio Dozza 26304546653, CNPJ/MF n.º 27.150.413/0001-09, Maria Fernanda Moraes Avelino, CNPJ/MF n.º 36.253.166/0001-67 - **Processo:** 333/2020 - Registro de Preços n.º 071/2020. **Objeto:** futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de sonorização. **Valor Total do Processo:** R\$ 447.019,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil e noventa reais). **Assinatura:** 18/03/2021. **Vigência:** 1 (um) ano, contados da data de publicação da presente Ata.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG**

Referente ao **Processo Licitatório Nº 41/2021, Pregão Eletrônico Nº 020/2021 - Registro De Preços Para Futura e Eventual Aquisição De Cestas Básicas**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, conforme Decreto Municipal Nº 86/2020. FICA RETIFICADO o Edital de licitação. A data e o horário de abertura do certame serão mantidos. A partir das 09:00 horas, no mesmo dia e local. Permanecem inalteradas demais disposições.  
S. G. R. Abaixo 29 de março de 2021.

**CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.**

Companhia Aberta  
CNPJ/ME 08.822.767/0001-08 - NIRE 31.300.025.055  
**Aviso aos Acionistas**  
Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., sociedade por ações com sede à Av. Joaquim André, 361, bairro Santa Clara, na cidade de Divinópolis/MG, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.822.767/0001-08 ("Companhia"), na sua sede e nos sites da Companhia e da CVM na Internet, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020. Divinópolis, 26 de março de 2021.  
**A Administração.**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 005/2021- PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 003/2021 - EXTRATO DO EDITAL - REGISTRO DE PREÇOS TIPO FECAMENTO ABERTO LICITAÇÃO COMPARTILHADA- EXTRATO DO EDITAL - O CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG.** através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público a abertura do Processo de Licitação em epígrafe para futura contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra e na prestação de serviços de forma contínua e/ou eventual, a serem executados nas dependências da administração direta e indireta dos municípios que compõe o Consórcio Público CIMAG. A sessão do Pregão será realizada no dia 12.04.2021, às 09:00 horas. O certame será realizado pela BBNNET (Bolsa Brasileira de Mercadorias), com sede na cidade de São Paulo. O edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no Site da BBNNET Licitações no endereço eletrônico: [www.bbnnetlicitacoes.com.br](http://www.bbnnetlicitacoes.com.br) ou [administrativo@amag-mg.org.br](mailto:administrativo@amag-mg.org.br) - **Endereço do Consórcio Público CIMAG: Avenida Camilo Soares, nº 100 - Centro - Caxambu-MG - CEP 37.440-000.** **Informações** (11) 3113-1900 - São Paulo-SP - (31) 3212-1433 - Uberlândia-MG - (35) 3345-3500 - Consórcio Público CIMAG - Caxambu-MG - (35) 99919-1684 - Telefone do Pregoeiro. Caxambu, 26 de março de 2021. Dr. Adriano José Senador - Pregoeiro do CIMAG.

**JPAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**

CNPJ 01.152.671/0001-30

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Srs. Quotistas, em cumprimento as disposições legais vimos submeter a apreciação de V.Sras; o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e os Pareceres dos Auditores Independentes e Conselho fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020

**BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)**

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
		RS	RS
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.791	1.231
Contas a receber de clientes	4	8.283	6.838
Contas a receber da montadora	4	1.976	1.369
Estoques	5	34.098	54.188
Impostos a recuperar	6	3.495	2.975
Despesas antecipadas		144	244
Outros		1.206	1.627
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>50.992</b>	<b>68.471</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo:			
Depósitos judiciais		1.146	1.455
Impostos a recuperar	6	695	492
Fundo de Capitalização	7	3.863	6.138
Partes Relacionadas	8	33.996	16.590
Despesas antecipadas		-	-
Investimentos	9	20.171	20.139
Imobilizado	10	74.663	64.750
Direito de Uso		3.612	4.253
Impostos a Recuperar Diferidos	21	2.422	2.168
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>140.569</b>	<b>115.985</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>191.562</b>	<b>184.456</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
	RS	RS
Das atividades operacionais		
<b>Lucro / Prejuízo do exercício</b>	<b>764</b>	<b>1.183</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas</b>	<b>(1.524)</b>	<b>(23)</b>
Equivalência patrimonial	(33)	421
Depreciação e amortizações	2.089	1.889
Impostos diferidos	(254)	793
Provisão para revisão de veículos	464	133
Provisão para devedores duvidosos	63	126
Provisão para obsolescência dos estoques	683	860
Provisão para contingências	1.142	(1.658)
Resultado na venda de imobilizado	(5.679)	(1.870)
<b>Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes</b>	<b>992</b>	<b>7.497</b>
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(1.508)	709
Contas a receber da montadora	(607)	15
Estoques	19.408	3.661
Impostos a recuperar	(723)	(1.018)
Despesas antecipadas	100	(122)
Outros créditos	421	(1.731)
Depósitos judiciais	309	(128)
Operações com derivativos (Decréscimo/(acréscimo) em passivos		
Fornecedores	(23.444)	4.031
Obrigações sociais e trabalhistas	231	(176)
Obrigações tributárias	(12)	(606)
Adiantamento de Clientes	7.118	4.405
Obrigações com terceiros	(300)	2.459
<b>Caixa (aplicado) proveniente das operações</b>	<b>233</b>	<b>8.910</b>
Imposto de renda e contribuição diferidos		
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>233</b>	<b>8.910</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Investimentos	-	42
Fundo de Capitalização	2.275	742
Adições de imobilizado	(6.324)	(4.129)
Direito de Uso	641	-
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>(3.408)</b>	<b>(3.344)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	6.096	(2.849)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento</b>	<b>6.096</b>	<b>(2.849)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas</b>		
Partes relacionadas	(1.785)	(5.849)
Passivo de Arrendamento/ajuste cpc 06	(577)	3.369
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento com acionistas</b>	<b>(2.361)</b>	<b>(2.479)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>560</b>	<b>237</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	1.231	994
No final do exercício	1.791	1.231
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>560</b>	<b>237</b>

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
		RS	RS
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	11	41.715	65.159
Empréstimos e financiamentos	12	7.183	6.724
Obrigações sociais e trabalhistas		2.862	2.630
Obrigações Tributárias		1.095	1.065
Dividendos a pagar		-	-
Adiantamentos de clientes	13	9.163	2.045
Provisão para revisão de veículos		1.408	944
Outras Obrigações		-	-
Passivo de Arrendamento		1.093	884
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>64.519</b>	<b>79.450</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Obrigações Trabalhista e Tributárias		1.179	1.220
Empréstimos e financiamentos		8.243	2.607
Partes Relacionadas	8	64.686	49.065
Passivo de Arrendamento		3.246	3.369
Provisão Para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	14	2.862	1.720
Contas a pagar		2.225	2.524
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>82.440</b>	<b>60.505</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social		50.000	50.000
Prejuízo/Lucros Acumulados		(6.643)	(6.745)
Outros Resultados Abrangentes		1.246	1.246
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>44.602</b>	<b>44.501</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>191.562</b>	<b>184.456</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO**

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
		RS	RS
Receita Operacional Líquida	15	370.943	322.425
Custo dos Produtos Vendidos	16	(327.617)	(282.077)
(=) <b>Resultado bruto</b>		<b>43.326</b>	<b>40.348</b>
(+/-) Despesas e receitas operacionais		(42.446)	(38.363)
Comerciais	17	(19.357)	(19.333)
Gerais e administrativas	18	(20.835)	(13.465)
Depreciação e amortização		(2.089)	(1.889)
Equivalência patrimonial		33	42
Outras despesas/receitas operacionais	19	3.683	1.014
Receitas Financeiras	20	1.732	740
Despesas Financeiras	20	(5.612)	(5.473)
Receita/Despesa Não Operacional		-	-
<b>Lucro Antes dos Impostos</b>		<b>880</b>	<b>1.986</b>
Impostos correntes	21	(370)	(11)
Impostos diferidos	21	254	(793)
(=) Resultado do Exercício		764	1.183
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>764</b>	<b>1.183</b>

**NOTA:** As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com os dispositivos contidos na Lei 6.404/76, e suas alterações, observados os seus procedimentos e os demais exigidos pela legislação em vigor. As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S, estando os Pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e as Notas Explicativas a disposição na sede da companhia.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**

Aviso de Licitação - Pregão nº 0030/2021 - Processo 099/2021 Registro de preço para futuras aquisições de SAIBRO MINERAL para atender os diversos setores do município. Data 12/04/2021 às 16:30 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br).  
Rômolo Quintão Donadio - Prefeito Municipal Interino.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**

Aviso de Licitação - Pregão nº 0029/2021 - Processo 097/2021 Registro de preço para futuras aquisições de água para atender as unidades administrativas. Data 12/04/2021 às 13:30 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br).  
Rômolo Quintão Donadio - Prefeito Municipal Interino.

**SANTA CASA DE MISERICORDIA E HOSP. S.V. DE PAULO DE PORTEIRINHA-Publicação do Extrato de Contrato 01/2021 - Tomada de Preços: 01/2021-Objeto: Ampliação da Santa Casa de Misericórdia e Hospital São Vicente de Paulo de Porteirinha/MG. (Conclusão do Centro de Oncologia). Empresa Vencedora: Branix Empreendimentos Ltda; CNPJ/MF: 12.253.900/0001-20; Valor: R\$600.432,28. Prazo de Execução: 09 meses. Porteirinha/MG. 29/03/2021. Jonas Junior Carvalho - Presidente da Comissão de Licitação.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**

Aviso de Licitação - Pregão nº 032/2021 - Processo 0101/2021. Aquisição de veículo caminhão de caminhão basculante referente ao convenio nº892159/2019. Data 13/04/2021 às 15:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br).  
Rômolo Quintão Donadio - Prefeito Municipal Interino.

**Prefeitura Municipal de Minduri**

CONTRATO 020/2021 Contratante: Município de Minduri. Contratado: Felipe David de Carvalho ME. CNPJ 13.201.302/0001-70, Valor do Contrato: R\$14.099,52 (quatorze mil e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos). Origem: 2.04.06.10.122.0004.2.0091-339039, Objeto: Contratação de empresa especializada do ramo pertinente para o apoio operacional de vigilância na barreira sanitária com o fornecimento de prestação de serviços de pessoal capacitado nos dias 27/28/29/30 e 31 de março de 2021 e também nos dias 01/02 e 03 de abril de 2021, com disponibilidade diária de 12 (doze) pessoas, com carga horária por pessoa de 12 (doze) horas por dia para prevenção e contenção ao novo coronavírus em caráter de emergência.. Vigência: 27/03 a 03/04 - Data da assinatura: 27/03/2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG**

Resultado referente a 4ª etapa do Edital 001/2020. O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e observado os termos das Leis e demais normas contidas no Edital, torna público o resultado referente a 4ª etapa - Avaliação Psicológica do edital nº 01/2020 do concurso para a Guarda Municipal de Nova Serrana. Informamos que o resultado em sua íntegra, serão divulgados nos endereços eletrônicos [www.novaserrana.mg.gov.br](http://www.novaserrana.mg.gov.br) e [www.contagem.mg.gov.br](http://www.contagem.mg.gov.br) com.br/concursos. Nova Serrana, 29 de março de 2021. Euzébio Rodrigues Lago. Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG**

**Aviso de Replicação de Licitação**

A Prefeitura Municipal de São Francisco/MG torna público que fica designada nova data para abertura da sessão pública referente ao **Processo Licitatório nº 009/2021 na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2021**, cujo objeto prevê o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de saneantes e germicidas, a serem realizadas de forma parcelada, usados no processo de limpeza, desinfecção, assim como a aquisição de saneantes de lavanderia hospitalar, com sistema automático de dosagem em regime de comodato. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **às 08:00 horas do dia 15/04/2021.** Ass.: Charley Souza Mota - Pregoeiro Oficial. Informações e Esclarecimentos: (38) 992440099 ou via e-mail: [licitacao@prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br](mailto:licitacao@prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br). Consulta ao Edital e Retificação: [www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br](http://www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br) e [www.portaldecompresaspublicas.com.br](http://www.portaldecompresaspublicas.com.br).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**

Aviso de Licitação - Pregão nº 031/2021 - Processo 0100/2021 Registro de preço para prestação de serviço de mecânica e lanternagem. Data 13/04/2021 às 13:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br).  
Rômolo Quintão Donadio - Prefeito Municipal Interino.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**

Aviso de Licitação - Pregão nº 033/2021 - Processo 0102/2021 aquisição de veículo caminhão de caminhão basculante referente ao convenio nº892159/2019 Data 13/04/2021 às 16:30 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br).  
Rômolo Quintão Donadio - Prefeito Municipal Interino.

**AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**

Companhia Aberta  
CNPJ nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8 / Código CVM nº 02234-9

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021**

**AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("Companhia")**, vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM 481/09 ("ICVM 481/09"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2021, às 10h, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (iii) proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (iv) a fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) indicação, dentre os conselheiros eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; (vii) a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; (viii) fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2021; e **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) o aumento do limite do capital autorizado, com a consequente alteração do art. 7º, caput, do Estatuto Social; (ii) autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail [ri@arezzo.com.br](mailto:ri@arezzo.com.br), a qual deverá ser recebida pela Companhia, impreterivelmente, até 27 de abril de 2021, devidamente acompanhada das informações e documentos descritos a seguir ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará link contendo o formulário de cadastramento e, uma vez realizado o cadastro, após confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso em até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail [ri@arezzo.com.br](mailto:ri@arezzo.com.br), com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderá participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso do sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgados pela Companhia. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 10 do estatuto da Companhia e em linha com as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, além de cópia simples do documento de identidade e cópia simples dos atos societários que comprovem a representação legal: (i) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 dias de antecedência da data da realização da Assembleia; (ii) cópia simples do instrumento de outorga de poderes de representação; e (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia tungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 5 dias de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do(s) administrador(es) que (b.i) comparecer(em) à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar(em) procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4.11.2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. Conforme previsto no §1º do art. 144 da Lei das S.A., no art. 4º da ICVM 481/2009 e nos arts. 1º e 3º da Instrução CVM 165/1991, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 horas antes da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do conselho de administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgados em 04.11.2014). Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<http://www.arezzo.com.br>), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), incluindo a Proposta de Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. São Paulo, 30 de março de 2021. **Alessandro Giuseppe Carlucci** - Presidente do Conselho de Administração.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG**

Torna público o edital de Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2021. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2021**. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual, Aquisição de cestas básicas para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Juramento/MG. Data de realização: 12.04.2021 às 09:00 horas, na Sala de Licitação, Avenida Antônio Maia Sobrinho, 43, Centro, Juramento/MG, CEP: 39590-000. Maiores informações e retirada do edital pelo e-mail: [juramentolicitacao.mg@gmail.com](mailto:juramentolicitacao.mg@gmail.com) ou na sede do Município de segunda a sexta feira de 07:30 as 11:30 horas e 13:00 as 17:00 horas.  
July France Silveira Fonseca - Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG**

Torna público o edital de Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2021**. Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços em Auditoria Operacional e Análise das Dívidas existentes para Consequência da Revisão de Débitos e Recuperação de Créditos Tributários e Previdenciários de Responsabilidade do Ente Público, em conformidade com a legislação em vigor, para atender as necessidades do Município de Juramento/MG, conforme Termo de Referência Anexo 1. Data de realização: 13.04.2021 às 09:00 horas, na Sala de Licitação, Avenida Antônio Maia Sobrinho, 43, Centro, Juramento/MG, CEP: 39590-000. Maiores informações e retirada do edital pelo e-mail: <

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG**

Aviso de Licitação - Pregão Presencial SRP nº. 21/2021 - Objeto: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetor de pneus. Dia da licitação: 12/04/2021 às 07:30hs. Local: Praça Presidente Vargas, 01 - Centro. Edital disponível: [www.porteirinha.mg.gov.br](http://www.porteirinha.mg.gov.br). Informações pelo fone (38) 3831-1297 ou e-mail [licitacao@porteirinha.mg.gov.br](mailto:licitacao@porteirinha.mg.gov.br).  
Porteirinha/MG, 29/03/2021. Adv. Mendes Silva - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE/MG**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 - PROCESSO Nº 030/2021 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2021 - A Prefeitura Municipal de Novorizonte (MG), inscrita no CNPJ nº 01.616.420/0001-60, por meio da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento, nomeada pela Portaria nº 001/2021, torna público o Edital de Credenciamento de Pessoa Jurídica, sem qualquer exclusividade, para a prestação de serviços médicos, na área de clínica médica, para atuação sob regime de carga horária e plantonista, conforme determinação da Secretaria Municipal de Saúde de Novorizonte/MG, mediante a apresentação da documentação exigida, a qual deverá ser entregue no setor de licitações e contratos, situado na Av. João Bernardino de Souza, nº 714, Centro, CEP: 39.568-000 - Novorizonte/MG. O período para entrega e abertura dos envelopes será de 29 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado a critério da administração. PUBLIQUE-SE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE/MG**

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO - A Prefeitura de Novorizonte/MG, com sede à Av. João Bernardino de Souza, nº 714, Centro, CEP: 39.568-000 - Novorizonte/MG torna-se público que estará realizando no dia 12/04/2021 às 09h00min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021, tipo menor preço global, objetivando a contratação, através de microempresas - me, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas, de serviços técnicos de engenharia. Informações complementares no endereço acima ou pelo e-mail: [licitacaonovorizonte@gmail.com](mailto:licitacaonovorizonte@gmail.com) - Novorizonte/MG, 29/03/2021 - Ana Clara Santos Cardoso - Pregoeira Oficial. PUBLIQUE-SE

**MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A.**

CNPJ/ME nº 02.578.564/0001-31 NIRE 31.300.025.969  
Companhia Fechada

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2021**

Assembleia Geral Extraordinária da MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), instalada em primeira convocação com a presença dos seus acionistas representando a totalidade do capital social votante, abaixo assinados, convocados através de edital de convocação publicado nas edições dos dias 17, 18 e 19 de março do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e dos dias 17, 18 e 19 de março de 2021 no jornal "Hoje em Dia", na forma dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Assembleia, presidida pelo Sr. Ricardo Eiroim Zatz Blas e secretariada pela Sra. Fernanda de Mattos Paixão, realizou-se às 09:30 horas do dia 24 de março de 2021, na sede da Companhia, na Avenida Professor Mário Verneck, nº 621, 8º andar, sala 8 - E, Bairro Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.455-610. Na conformidade da ORDEM DO DIA, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade de votos, nos termos do artigo 12º, alínea "a", do Estatuto Social da Companhia: (i) aprovar a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia ("Debêntures"), no valor total de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Emissão", "Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), bem como seus respectivos termos e condições, conforme as características constantes do DOCUMENTO I da presente ata que, rubricado pela mesa, está arquivado na sede da Companhia; e (ii) autorizar à Diretoria da Companhia, bem como quaisquer de seus representantes legais com poderes para tanto, incluindo procuradores devidamente constituídos pela Diretoria, mediante assinatura conjunta do Diretor Presidente e por Diretor sem designação específica, apesar do disposto no artigo 21, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia, a praticar todos os atos necessários à implementação da Emissão prevista na deliberação acima, especialmente para: (a) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures, desde que observadas as características constantes do DOCUMENTO I da presente ata; (b) contratar o Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/ME sob nº 06.271.464/0073-93 ("Coordenador Líder") para desempenhar a função de instituição intermediária da Oferta Restrita; (c) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento da Emissão, bem como quaisquer aditamentos aos referidos documentos; (e) tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação da Emissão das Debêntures e da Oferta Restrita, ora deliberadas; e (f) contratar os demais prestadores de serviços para a Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, agente fiduciário, escriturador, banco liquidante, assessores legais, entre outros. Adicionalmente, ficam ratificados todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia nos termos das deliberações ora tomadas e a publicação da ata da Assembleia Geral na forma do art. 130, §2º, da lei 6.404/76, omitindo-se os nomes dos acionistas. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, foi assinado pelos presentes. Belo Horizonte, 24 de março de 2021. Ricardo Eiroim Zatz Blas, Presidente da Mesa; Fernanda de Mattos Paixão, Secretária da Mesa. Acionistas presentes: Ricardo Eiroim Zatz Blas; Luiz Eduardo Alves Machado e MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A., representada por Rafael Menin Teixeira de Souza. Declara-se para os devidos fins, de que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio. Confere com o original: Fernanda de Mattos Paixão, Secretária da Mesa.

**AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**

Companhia Aberta  
CNPJ nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8 / Código CVM nº 02234-9  
**AVISO AOS ACIONISTAS**  
**AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("Companhia")**, em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2021, às 10h, encontram-se à disposição na sede da Companhia, na Rua Fernandes Tourinho, 147, sl. 402, Belo Horizonte - MG, CEP 30112-000 e no escritório da Companhia, na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, 3º andar, São Paulo - SP, CEP 04571-010, no site da Companhia (<http://arezzoco.com.br/>), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), na forma da legislação aplicável. São Paulo, 30 de março de 2021.  
**Alessandro Giuseppe Carlucci** - Presidente do Conselho de Administração.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA OS PROPRIETÁRIOS DE CHÁCARAS DA ESTÂNCIA BELA VISTA SE MANIFESTAREM EM ADEIRAR AO FORNECIMENTO DE ENERGIA SOLAR**

Ficam convocados todos os proprietários de chácaras do Chacreamento Estância Bela Vista a se manifestarem sobre o interesse em aderirem à proposta das empresas X-VOLT ENGENHARIA E ENERGIA SOLAR e CONSTRUTORA NOVAIS LTDA, para a construção de rede particular de distribuição de energia no Chacreamento, bem como ao fornecimento individual de energia elétrica através de Usina Solar. O prazo para realizarem a adesão será até o dia 01/04/2021, até às 18:00 hs. Para aderirem é necessário agendamento virtual no site eletrônico <https://minhaagendavirtual.com.br/belavista>.

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES:**

**01** - O projeto de energia (rede e potência individual) está diretamente atrelado à quantidade de adesões de proprietários que têm interesse na implantação da energia. Por isso não serão aceitas adesões posteriores;

**02** - Terceiros que venham adquirir lotes no futuro, não terão direito de adesão, caso o proprietário atual não faça adesão até o prazo estipulado;

**03** - Os proprietários que não fizerem a adesão deverão assinar termo de responsabilidade individual, tomando ciência que não poderão aderir no futuro.

**04** - Os proprietários que não se manifestarem ou não forem encontrados no endereço constado no contrato de compra e venda, serão considerados cientes pela publicação deste edital em jornal de circulação Estadual, bem como pela divulgação deste no grupo de whatsapp "Estância Bela Vista" e na afixação de comunicado contendo estas informações na Portaria do Chacreamento.

Montes Claros, 28 de março de 2021  
X-VOLT ENGENHARIA ELÉTRICA

**JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO E AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº: 008/2021. SEI Nº: 2300.01.0015482/2021-89.**

O Diretor Geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG, no uso de suas atribuições e acolhendo a Nota Jurídica da Procuradoria do DER/MG (evento SEI nº 27316212), que adota, acata a impugnação apresentada por ÂNGULO Social Consultoria e Projetos Socioambientais Ltda. no referente edital. Diante disso, o Diretor Geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG, torna público que, em virtude das modificações procedidas no edital em epígrafe, a reunião de licitação da CONCORRÊNCIA para - Prestação de serviços para a continuidade da implementação do PTTS - projeto de trabalho técnico social no âmbito do programa de requalificação urbana e ambiental e controle de cheias do Córrego Ferragem, nos municípios de BELO HORIZONTE e CONTAGEM, ESTADO DE MINAS GERAIS, anteriormente agendada para o dia 06/04/2021 será realizada, pela Comissão Permanente de Licitação, às 09:00h (nove horas) do dia 06 de maio de 2021, com data de entrega da documentação até às 17:00h (dezesseis horas) do dia 05 de maio de 2021, em seu edifício-sede, à Av. dos Andradas, 1.120, sala 1009, nesta capital, conforme edital e composições de custos unitários constantes do quadro de quantidades, disponível no endereço citado. As visitas serão realizadas nos termos do subitem 7.1.20 do edital. Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone 3235-1272 ou pelo site [www.der.mg.gov.br](http://www.der.mg.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUI/MG**  
O Município de Catui/MG, torna público que fará realizar Pregão Presencial SRP nº 15/2021, no dia 12/04/2021, às 07:30 horas, na sede da Prefeitura de Catui/MG, localizada na Praça Presidente Vargas, 01 - Centro - CEP: 39.526-000, tipo menor preço, objetivando o registro de preços para aquisição de medicamentos em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Catui. O edital poderá ser solicitado na sede da Prefeitura ou pelo e-mail: [catuilicitacoes@gmail.com](mailto:catuilicitacoes@gmail.com) - Delermando do Nascimento França - Prefeito Municipal.

**PARANASA ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A**

Comunica que acha-se à disposição dos acionistas, em sua sede social à Rua Prof. Magalhães Drumond, 218, nesta capital, a documentação exigida pelo art. 133 da Lei 6.404/1976, relativa ao exercício social findo em 31/12/2020. Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

**Prefeitura Municipal de Minduri**

Aviso de Chamada Pública 001/2021 e Processo 021/2021, Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei 11.947, de 16/07/2009, Resolução FNDE 38, de 16/07/2009, Resolução FNDE 26, de 17/06/2013, Resolução CD/FNDE 04, de 02/04/2015, Resolução FNDE 18, de 16/09/2018, mais informações e-mail [sme.minduri@gmail.com](mailto:sme.minduri@gmail.com) ou Tel.: 35 - 33261244.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA/MG**

Aviso de Tomada de Preços nº005/2021. A Prefeitura Municipal de Paraopeba/MG torna público que no dia 16 de abril de 2021, às 09h30 horas, realizará, no Departamento de Compras Licitações, Contratos e Convênios, sito na Rua Américo Barbosa nº13, Centro, nesta, licitação na modalidade Tomada de Preços, onde serão recebidos e abertos os envelopes de habilitação e propostas, para contratação de empresa para realizar OBRA DE HABILITAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE VIA PÚBLICA - AVENIDA PREFEITO LUCIANO FRANÇA. Poderão participar do certame as empresas devidamente cadastradas até às 17 horas do dia 13 de abril de 2021. Cópias do edital poderão ser obtidas no endereço supra ou através do site [www.paraopeba.mg.gov.br](http://www.paraopeba.mg.gov.br) ou ainda pelo email [licitacaoparaopebamg@paraopeba.mg.gov.br](mailto:licitacaoparaopebamg@paraopeba.mg.gov.br) Informações através do telefone: 031-3714-1442, no horário de 13:00 às 16:00 horas. Paraopeba/MG, 29 de março de 2021. Jose Valadares Bahia - Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2021 CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO"**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará a licitação supramencionada - Objeto: Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição Monitores Multiparamétricos para serem utilizados no Hospital Municipal Dr. Odelmo Leão Carneiro, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até às 09:00 horas do dia 19/04/2021, no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Uberlândia, 26 de março de 2021. GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO, Secretário Municipal de Saúde

**AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 105/2021**

OBJETO: : Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais médico-hospitalares (Luvas e máscaras), em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. A Diretoria de Compras, torna público e para conhecimento das licitantes e de quem mais interessar possa, que devido à alteração do edital, e que a mesma influencia na elaboração da proposta a sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até às 09:00 horas do dia 16/04/2021, no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Informa ainda, que o detalhamento das alterações encontra-se no portal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), que será republicado com as devidas alterações, nos termos do §4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/1993. Uberlândia, 29 de março de 2021. Sueli Aparecida Silva Diretora de Compras

**PLANEX S/A CONSULTORIA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO**

CNPJ: 17.453.978/0001-01

**Balancos Patrimoniais dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - (valores expressos em reais)**

	SALDOS 2020	SALDOS 2019
<b>ATIVO</b>	<b>4.017.507</b>	<b>6.533.386</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.017.507</b>	<b>6.533.386</b>
Caixa	19.564	20.602
Bancos	611	891
Aplicações Financeiras	54	53
Clientes	253.232	1.519.917
Serviços Executados a Faturar	1.637.564	2.191.075
Impostos a Recuperar	1.038.268	1.516.953
Créditos com Terceiros	1.068.214	1.283.896
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>17.590.498</b>	<b>16.480.121</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>10.042.940</b>	<b>9.942.976</b>
Depósitos Judiciais	145.190	144.550
Créditos com Pessoas Ligadas	8.922	-
Contingências	198.321	102.272
Imoveis para Venda	8.940.508	8.940.508
Participações em outras Empresas	750.000	755.646
<b>Investimentos</b>	<b>7.287.796</b>	<b>6.161.883</b>
Participação em Controladas e Coligadas	6.250.523	5.124.609
Propriedades para Investimentos	1.037.274	1.037.274
<b>Imobilizado</b>	<b>259.761</b>	<b>375.263</b>
Máquinas e Equipamentos	573.234	591.305
Móveis e Utensílios	221.773	227.643
Veículos	839.936	872.628
Equipamentos Informática e Softwares	1.127.884	1.153.465
Ferramentas e Instrumentos	9.558	9.958
Depreciações e Amortizações Acumuladas (-)	(2.513.023)	(2.479.736)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>21.608.005</b>	<b>23.013.507</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2.597.757</b>	<b>3.893.403</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.597.757</b>	<b>3.893.403</b>
Fornecedores	80.953	85.151
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	613.732	671.655
Impostos e Contribuições	1.000.233	842.761
Empréstimos e Financiamentos	801.990	1.503.650
Debitos com Terceiros	-	689.342
Dividendos a Pagar	100.848	100.844
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.253.291</b>	<b>6.492.311</b>
Empréstimos e Financiamentos	204.204	827.789
Parcelamentos	5.021.422	5.664.523
Debitos com Terceiros	27.664	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>13.756.957</b>	<b>12.627.793</b>
Capital Social	11.001.000	11.001.000
Reserva Legal	1.424.529	1.366.482
Reserva de Lucros	1.331.428	260.311
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>21.608.005</b>	<b>23.013.507</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020**

**1 - Contexto Operacional**  
A PLANEX S/A CONSULTORIA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte/MG, tendo como objeto social principal a prestação de serviços de consultoria, auditoria e assistência técnica nas áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo, e como atividades secundárias à administração, operação e exploração de concessões públicas de saneamento básico e terminais rodoviários de passageiros; serviços de engenharia e execução de obras de construção civil e montagem eletromecânica de unidades e complexos industriais; gerenciamento

**RELATÓRIO DA DIRETORIA** - Prezados Acionistas, a Planex está publicando o balanço de 2020. Cumprindo determinações legais e estatutárias, são apresentados a seguir os Balancos Patrimoniais, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas sobre os exercícios

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - (valores expressos em reais)**

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>11.001.000</b>	<b>927.227</b>	<b>-1.877.321</b>	<b>10.050.906</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	784.899	784.899
Cancelamento de Ações	-	439.255	-	439.255
Lucros Distribuídos	-	-	(779.872)	(779.872)
Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	2.132.605	2.132.605
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>11.001.000</b>	<b>1.366.482</b>	<b>260.311</b>	<b>12.627.793</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	108.232	108.232
Reserva Legal	-	-	(58.047)	(58.047)
Lucros Distribuídos	-	-	(140.000)	(140.000)
Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	58.047	58.047
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>11.001.000</b>	<b>1.424.529</b>	<b>1.331.428</b>	<b>13.756.957</b>

**Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - (valores expressos em reais)**

	SALDOS 2020	SALDOS 2019
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>7.040.543</b>	<b>9.973.583</b>
Receita da Prestação dos Serviços	6.000,00	6.000,00
Receita de Aluguel	-1.035.941	-1.445.633
(-) Impostos e Contribuições sobre Receitas	<b>6.064.602</b>	<b>8.587.950</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>-5.264.559</b>	<b>-6.540.302</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>800.042</b>	<b>2.047.648</b>
<b>(DESPESAS) RECEITAS</b>	<b>360.890</b>	<b>84.957</b>
Despesas Administrativas	-1.586.066	-3.977.156
Despesas Comerciais	-766.798	-494.962
Despesas Tributárias	-67.218	-165.463
Despesas Financeiras	-202.404	-1.245.899
Receitas Financeiras	163.824	567.189
Dividendos de Empresas não Coligadas	117.536	423.750
Despesas Indutíveis	-10.025	-4.423
Resultado Equivalência	2.663.701	4.872.921
Receitas não Operacionais	48.342	109.000
<b>LUCROS ANTES DA CSLL</b>	<b>1.160.933</b>	<b>2.132.605</b>
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	<b>1.160.933</b>	<b>2.132.605</b>
<b>LUCROS ANTES DO IRPJ</b>	<b>1.160.933</b>	<b>2.132.605</b>
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	<b>1.160.933</b>	<b>2.132.605</b>

e consultoria técnica em obras de unidades e complexos industriais, de plantas industriais e a compra e venda de imóveis próprios.

**2 - Apresentação Das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os preceitos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, e normatizações divulgadas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e publicadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Promulgada em 28/12/2007 e com vigência a partir de 01/01/2008, a Lei 11.638/07 alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei 6.404/76, no que tange às práticas contábeis adotadas no Brasil, com vistas à divulgação das informações em consonância com as normas internacionais de contabilidade. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído, na data de transição para as normatizações do CPC, divulgadas pelo CFC, e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

**Cláudia Rocha Fernandes Simões** - MG 3.846.510 SSP/MG  
**Patrícia Rocha Fernandes Lima** - MG 3.846.532 SSP/MG  
**Antônio Carlos Corrêa Xavier** - CRC/MG 77.784

findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Apesar das dificuldades econômicas enfrentadas pelo País devido a Pandemia, a empresa se adequou ao momento econômico conseguindo desta maneira manter resultados positivos.

	2020	2019
<b>Discriminação</b>		
<b>Fluxo de Caixa Proveniente das Operações</b>		
Resultado do Exercício	1.160.933	2.132.605
Depreciação e Amortização	96.688	53.771
Baixa (Pagamento) de Depósitos Judiciais	(640)	(71.462)
Redução (Aumento) em Créditos c/ Empresas/ Pessoas Ligadas	(8.922)	252.736
Valor Residual do Imobilizado de Uso Baixado	66.540	-
Juros Pagos Sobre Financiamentos	169.222	596.575
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>1.483.821</b>	<b>2.964.225</b>
Redução (Aumento) em Clientes/Medições a Faturar	1.820.196	2.043.271
Redução (Aumento) em Participações em Outras empresas	5.646	2.797
Redução (Aumento) em Impostos e Contribuições a Compensar	478.685	(1.230.679)
Redução (Aumento) em Créditos com Terceiros	119.633	285.996
Aumento (Redução) em Fornecedores	(4.197)	760
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas	(57.923)	(576.410)
Aumento (Redução) em Obrigações Sociais e Tributárias	(485.628)	1.410.469
Aumento (Redução) em Credores Diversos	(661.678	

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO PARANAÍBA, NOROESTE E OESTE DE MINAS LTDA – UNICRED INTEGRAÇÃO DE MINAS – CNPJ: 01.727.929/0001-80 – NIRE: 31400020748**

**EDITAL 1ª, 2ª E 3ª CONVOCAÇÕES  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
Realização de Forma Digital

O Presidente da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO PARANAÍBA, NOROESTE E OESTE DE MINAS LTDA. - UNICRED INTEGRAÇÃO DE MINAS, com sede na Rua Major Gote, nº 179, Alto Caiçaras, cidade de Patos de Minas/MG, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.727.929/0001-80, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 19 e 32, VI, do estatuto social, convoca os associados, que nesta data são em número de 6.814 (seis mil, oitocentos e quatorze), em pleno gozo de seus direitos sociais, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se de forma digital, adotando no tocante a participação virtual o *Microsoft Teams* como meio de participação e deliberação, a ser realizada no dia 17 de abril de 2021, às 08:00 (oito) horas, em primeira convocação, com a presença remota de 2/3 (dois terços) dos associados, às 09:00 (nove) horas em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos associados com presença remota, e em terceira e última convocação, às 10:00 (dez) horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, com presença remota, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

**Pauta da AGE**

I - Prestação das contas dos órgãos de administração, exercício 2020, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) relatório da gestão;
- b) demonstrações contábeis;
- c) parecer do serviço de auditoria;
- d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade.

II - Destinação das sobras líquidas apuradas ou rateio das perdas;

III – Fixação do valor dos honorários para Presidente e Vice-presidentes do Conselho de Administração e valor das Cédulas de Presença e de Representação para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comissão Eleitoral;

IV - Fixação do montante global da remuneração, gratificações e benefícios dos membros da Diretoria Executiva.

**Pauta da AGE:**

1. Reforma do estatuto social da UNICRED INTEGRAÇÃO DE MINAS, sem mudança do objeto social, visando:

- a) incluir a letra “d” ao item II do artigo 1º, com a seguinte redação: *“d) Área de admissão de cooperados em todo território nacional, observado Regimento Interno da Unicred Central Multirregional e os normativos emanados da Unicred do Brasil.”*
- b) alterar o “caput” do Artigo 3º, que passa a contar com a seguinte redação: *“Art. 3º - Podem fazer parte da UNICRED INTEGRAÇÃO DE MINAS, aderindo automaticamente ao presente Estatuto Social:”*
- c) inserir o parágrafo 11 ao artigo 9º, com a seguinte redação: *“Parágrafo 11 - O cooperado pessoa física com idade entre 70 (setenta) e 75 (setenta e cinco) anos poderá solicitar a retirada de até 50% (cinquenta por cento) do seu capital social integralizado e o cooperado com idade acima de 75 (setenta e cinco) anos poderá solicitar a retirada de até 75% (setenta e cinco por cento) do seu capital social integralizado, sendo que em ambos os casos, o cooperado obriga-se a manter no mínimo o valor equivalente a R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais) em cotas partes de capital integralizado.”*

d) alterar o Artigo 10, que passam a contar com a seguinte redação:

*“Art. 10 - A devolução de que trata os parágrafos 10 e 11, do artigo 9º, se aprovada pelo Conselho de Administração da UNICRED INTEGRAÇÃO DE MINAS, dar-se-á, a critério deste colegiado, de uma única vez ou em parcelas.  
Parágrafo Único - Em qualquer hipótese, a devolução do capital social está condicionada a manutenção da estabilidade econômico-financeira e da solidez patrimonial do Sistema Unicred e da Cooperativa, e ao enquadramento desta nos limites operacionais, conforme regulamentação vigente, sendo que o Conselho de Administração da Cooperativa poderá suspender temporariamente a devolução do capital social, visando resguardar a continuidade de funcionamento desta e do Sistema.”*

Observações:  
1. O ambiente digital da Assembleia poderá ser acessado a partir da internet de um computador, *smartphone* ou *tablet*, sendo disponibilizado suporte em tempo real para auxiliar os associados.  
2. As demonstrações contábeis foram disponibilizadas no site da Unicred Integração de Minas, na forma e no prazo previstos nos normativos vigentes.

Patos de Minas, (MG), 25 de março de 2021.

**Dr. Marlon Geraldo Vargas**

Presidente do Conselho de Administração da Unicred Integração de Minas

**NOTAS:**

- a) A Assembleia se realizará em formato DIGITAL, modalidade essa amparada pela Lei 5.764/71 e pela Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, em virtude da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 130, do Estado de Minas Gerais, que instituiu o Protocolo Onda Roxa em Biossegurança Sanitário-Epidemiológico, proibindo a realização de reuniões de qualquer natureza, para conter a disseminação da Covid-19.
- b) Para a votação dos assuntos da ordem do dia, os associados deverão realizar acesso ao link disponibilizado no chat, durante o período de votação. Para obter maiores informações de como participar, acesse o site da cooperativa, [www.unicred.com.br/integracaodeminas](http://www.unicred.com.br/integracaodeminas).
- c) As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária serão transmitidas digitalmente, a partir do horário da primeira convocação até as 12 h do dia 17 de abril de 2021, através da tecnologia *Microsoft Teams*.
- d) Os associados poderão visualizar as informações pertinentes aos temas constantes do Edital de Convocação, no site da Cooperativa: [www.unicred.com.br/integracaodeminas](http://www.unicred.com.br/integracaodeminas).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ**

**AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 017/2021, Pregão Presencial nº 004/2021,** com abertura para o dia 13/04/2021 às 12:30 horas, **Visando:** Aquisição de saibro mineral para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras. O edital completo encontra-se à disposição na sede da Prefeitura à Av. Américo V de Carvalho, 120, Centro, Caparaó-MG, CEP 36.834-000 ou através do site: [www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br).  
Diógenis da Silva Miranda - Prefeito Municipal. 26/03/2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG**

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - Processo de Licitação Nº: 29/2021. Modalidade Pregão Eletrônico Nº: 10/2021. Contratante:** Município de Janaúba/MG. **Contratada/Valor:** Ivaneide Pereira da Silva Soares-ME/R\$ 2.813.473,80. **Objeto da Licitação:** Locação de Veículos destinados ao Transporte Escolar.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBELITA**

**AVISO DE LICITAÇÃO.** A Prefeitura de Rubelita - MG, torna-se público a realização do Processo Licitatório de N° 035/2021, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP 003/2021**, em 13/04/2021 às 13h00min, objetivando o Registro de Preços para fornecimento eventual de material laboratorial. Edital com informações complementares no site [www.rubelita.mg.gov.br](http://www.rubelita.mg.gov.br) ou [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Em 29/03/2021 - Edileuza Miranda Jardim - Pregoeira Oficial

**MUNICÍPIO DE MACHADO**

**EXTRATO DA ATA Nº 006/2021**

**Partes:** Município de Machado / Ativa Licitações Empreend. Comerciais Ltda ME, CNPJ/CPF nº 27.748.454/0001-00, Evoluti Ltda, CNPJ/CPF nº 27.404.157/0001-39, Farah Licitações e Comercio Ltda, CNPJ nº 14.363.920/0001-89, Lmb Comercial Ltda, CNPJ/CPF nº 38.393.893/0001-55, Lucas Antonio Franklin Reis CPF 053.754.776-29, CNPJ nº 35.425.512/0001-84, Megadata Ind. e Com. de Produtos Eletroeletrônicos Eireli, CNPJ/CPF nº 34.929.918/0001-31, Sandro Vilmar Pires, CNPJ nº 09.253.952/0001-91 - **Processo:** 033/2021 - Registro de Preços n.º 008/2021. **Objeto:** futura e eventual aquisição de equipamentos de informática, eletrodomésticos e mobiliários **Valor Total do Processo:** R\$ 235.537,00 (duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e sete reais). **Assinatura:** 23/03/2021 - **Vigência:** 1 (um) ano, contados da data de publicação da presente Ata.

**Aviso aos Acionistas**

A Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS, sociedade anônima e economia mista de capital fechado, CNPJ 17.504.325/0001-04, através de seus Administradores, comunica aos seus acionistas, que o Relatório de Administração, as Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício 2020, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, o Parecer do Conselho da Administração e Orçamento de Investimento e demais documentos correlacionados se encontram à disposição dos senhores acionistas na sede administrativa da empresa, Rodovia BR 040 KM 688, Pavilhão Administração s/n, Bairro Guanabara, Contagem/MG.

Contagem, 29 de Março de 2021.

Guilherme Caldeira Brant

Diretor-Presidente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO: PREGÃO ELETRÔNICO PMI/SMA/SUCON Nº 008/2021, PROCESSO PMI/SMA/SUCON Nº 014/2021,** cujo objeto consiste em: **Contratação de empresa para execução de serviços de melhoria de infraestrutura na Avenida Machado de Assis e Avenida Integração, Trecho I, Bairro João XXII, no Município de Itabira/MG.** A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **13/04/2021 às 14h** e início da disputa do pregão será dia **13/04/2021 às 14h30min**. O edital estará disponível através do endereço: O edital estará disponível através do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no endereço: [www.itabira.mg.gov.br](http://www.itabira.mg.gov.br) (Portal da Transparência→ Administração→ Licitações), ou poderá ser solicitado através do e-mail: [contratositabira@itabira.mg.gov.br](mailto:contratositabira@itabira.mg.gov.br), de 12h as 17h.

Itabira, 29 de março de 2021.

Klaus Moreira Amann

Secretário Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANA VERDE-MG**

**Aviso de licitação: Processo 024/2021 - Pregão Presencial 011/2021 - Tipo:** menor preço por item - Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada - Entrega dos Envelopes: Dia 16 de abril de 2021 às 09h00min - Abertura dos envelopes: Dia 16 de abril de 2021 às 09h15min - Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cana Verde/MG - Fone (35) 3865-1202, no horário de 13h00min as 16h00min - [www.canaverde.mg.gov.br](http://www.canaverde.mg.gov.br) - [licitacao@canaverde.mg.gov.br](mailto:licitacao@canaverde.mg.gov.br)

**AVISO DE ERRATA - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA - PROC. LICITATÓRIO Nº 0016/2021 - INEX-003-2021 - CREDENCIAMENTO 002/2021,** torna público para conhecimento dos interessados, **conforme publicado no dia 26/03/2021 no Jornal Hoje em Dia, pag. 8, onde se lê “a partir de 30/04/2021, leia-se 31/03/2021”,** Teófilo Gomes Caires, Presidente da CPL, informações e esclarecimentos, Tel. (38) 3833-1590 ou pelo e-mail: [licitacoes@jaiba.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaiba.mg.gov.br)

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS  
ESCOLA SARGENTO MAX WOLF FILHO**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 2/2021**

A Escola de Sargentos das Armas comunica a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços (SRP), para a aquisição de materiais farmacológicos. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, a partir das 8h00min do dia 30 de março de 2021 até as 9h29min do dia 13 de abril de 2021, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no site [www.gov.br/compras-pt-br/](http://www.gov.br/compras-pt-br/). A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, às 9h30min do dia 13 de abril de 2021, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela Internet, endereço eletrônico: [www.gov.br/compras-pt-br/](http://www.gov.br/compras-pt-br/)), dirigida por um pregoeiro. O Edital é gratuito e está disponível no portal de compras do Governo Federal, na INTERNET.

Três Corações-MG, 29 de março de 2021.  
Rafael Furbino Frossard - 1º Ten - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº. 44/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14/2021.** O Município de Janaúba/MG torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 09 de abril de 2021, às 09:00, no endereço <http://comprasbr.com.br>, Processo Licitatório de nº 44/2021, na modalidade Pregão Eletrônico nº 14/2021, para Aquisição de Bancas e Barracas que serão destinadas ao Mercado Municipal CIAJAN em atendimento a necessidades dos feirantes, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitações, no referido endereço supracitado, no horário de 12:00 às 18:00 horas, nos dias úteis, assim como no site: [www.janauba.mg.gov.br](http://www.janauba.mg.gov.br).  
Janaúba-MG, 29 de março de 2021.  
Tamiris Greycielle de Paula Borges - Assessora Especial em Licitações.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA/MG**

**AVISO contendo o resumo do Edital - A Prefeitura Municipal de São João da Lagoa - MG torna público que realizará Pregão Presencial nº 010/2021, Processo Licitatório nº 021/2021. Objeto:** Aquisição de Baterias Automotivas, correlatos e outros. Credenciamento: 13/04/2021, às 08:00h. Sessão oficial: 13/04/2021, às 08:15 horas. Edital: site [www.saojoaodalagoa.mg.gov.br](http://www.saojoaodalagoa.mg.gov.br). Informações: Av. Coração de Jesus, nº 1005, centro, email [licita.pmsj@yahoo.com.br](mailto:licita.pmsj@yahoo.com.br). Fone: (38) 32288133. São João da Lagoa, 29 de março de 2021. Betânia Saraiva Eulálio - Pregoeira.  
\* A Prefeitura Municipal de São João da Lagoa torna público que realizará Chamada Pública nº 001/2021 - Processo nº 022/2021, para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural ou de suas organizações para Alimentação Escolar. Os Grupos Formais, Informais e fornecedor individual deverão apresentar documentação para habilitação e Projeto de Venda no dia 26/04/2021, às 09:00h. Informações: setor de licitações, Av. Coração de Jesus, nº 1005, centro, site [www.saojoaodalagoa.mg.gov.br](http://www.saojoaodalagoa.mg.gov.br), email [licita.pmsj@yahoo.com.br](mailto:licita.pmsj@yahoo.com.br). Fone: (38) 3228-8133. São João da Lagoa, 29 de março de 2021. José Leonan Leite dos Santos - Presidente da CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO/MG**

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL – PREGÃO Nº 022/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2021 – A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através de sua Pregoeira, torna público a RETIFICAÇÃO do edital licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 022/2021, para seleção de empresa(s) especializada(s) no ramo, para composição do Quadro Geral de Registro de Preços para aquisição de medicamentos destinados à atender as demandas da Farmácia Municipal, Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Mandados Judiciais da Secretaria Municipal de Saúde. **Fica suprimido o item 285 – Glicosímetro para aferições de Glicemia da planilha do Anexo I - Termo de Referência e planilha do Anexo V - Modelo de Proposta.** Em se tratando de alteração que manifestadamente não altera a formulação da proposta, fica mantida a data de abertura dia 30 de março de 2021, para a realização do certame. Informações pelo Tel: (32) 3551-8150. (Ass.) Flaviana Lima Teixeira.**

SELEÇÃO DE  
**PACIENTES**  
ODONTOLÓGICOS EM NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

- Endodontia (canal)
- Ortodontia (aparelhos)
- Implantodontia (implantes)

Rua dos Pampas, 484 (Prado) - BH/MG  
(31) 3236-8125 / (31) 989-799-512  
[posodontologiaprado@funorte.edu.br](mailto:posodontologiaprado@funorte.edu.br)





**METROPOLITAN GARDEN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.**

CNPJ/MF nº 12.259.957/0001-36  
**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Em atendimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, o Fluxo de Caixa correspondentes aos Exercícios Sociais findos em 31/12/2020 e 31/12/2019. Colocamos-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

**BALANÇO PATRIMONIAL FINDOS EM EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)**

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3.3	3.455.643	3.323.310	Fornecedores	3.14	383.921	887.502
Clientes	3.4	2.321.175	2.374.821	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	3.15	9.100	6.639
Adiantamentos a terceiros	3.5	30.699	1.547	Adiantamentos recebidos	3.16	-	40.649
Impostos a recuperar	3.6	3.560	9.939	Impostos e contribuições a recolher	3.17	49.122	130.756
Aporte ao condomínio edilício	3.7	25.030	37.788	Financiamento imobiliário - Itau S.A.	3.18	328.458	78.107
Estoques		150.000	-	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>770.600</b>	<b>1.143.653</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.986.106</b>	<b>5.747.405</b>	<b>Não Circulante</b>			
<b>Não Circulante</b>				Financiamento Imobiliário - Banco Itau S/A	3.18	130.095.249	125.333.056
Realizável a Longo Prazo				Adiantamento para futuro aumento de Capital	3.19	3.716.190	36.714.873
Partes Relacionadas	3.8	11.189	20.656	Impostos diferidos	3.20	41.096.872	37.729.274
Depósitos judiciais	3.9	141.930	141.930	Provisão para Contingências	3.21	626.060	-
Mútuos com partes não relacionadas	3.10	-	75.200	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>175.534.371</b>	<b>199.777.203</b>
Impostos diferidos	3.11	5.850.997	6.198.136	<b>Patrimônio Líquido</b>	3.22		
Propriedades para investimentos	3.12	383.677.411	384.988.802	Capital social		276.371.882	245.369.677
Imobilizado	3.13	134.281	17.691	Reservas de capital		30.575.423	30.575.423
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>389.815.809</b>	<b>391.442.416</b>	Prejuízos acumulados		(87.450.361)	(79.676.135)
<b>Total do Ativo</b>		<b>395.801.915</b>	<b>397.189.821</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>219.496.944</b>	<b>196.268.965</b>
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>395.801.915</b>	<b>397.189.821</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)**

Discriminação	Capital Social	Capital a integralizar	Reserva de Capital	Ajustes Exercícios Anteriores	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31.12.15</b>	<b>169.458.492</b>	<b>-</b>	<b>(343.917)</b>	<b>-</b>	<b>(58.597.955)</b>	<b>141.092.043</b>
Capital a integralizar	-	343.917	-	-	343.917	343.917
Prejuízo do exercício de 2016	-	-	-	-	(26.149.374)	(26.149.374)
<b>Saldos em 31.12.16</b>	<b>169.458.492</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(84.747.329)</b>	<b>115.286.587</b>
Prejuízo do exercício de 2017	-	-	-	-	(14.755.357)	(14.755.357)
<b>Saldos em 31.12.17</b>	<b>169.458.492</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(99.502.685)</b>	<b>100.531.230</b>
Prejuízo do exercício de 2018	-	-	-	-	(3.225.579)	(3.225.579)
Ajustes de exercícios Anteriores	-	-	-	21.976.631	-	21.976.631
<b>Saldos em 31.12.18</b>	<b>169.458.492</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.976.631</b>	<b>(102.728.264)</b>	<b>119.282.282</b>
Aumento de Capital	75.911.185	-	-	-	75.911.185	75.911.185
Lucro do exercício de 2019	-	-	-	-	1.037.710	1.037.710
Ajustes de exercícios Anteriores	-	-	-	-	37.788	37.788
<b>Saldos em 31.12.19</b>	<b>245.369.677</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.976.631</b>	<b>(101.652.767)</b>	<b>196.268.965</b>
Aumento de Capital	31.002.205	-	-	-	31.002.205	31.002.205
Prejuízo do exercício de 2020	-	-	-	-	(7.774.226)	(7.774.226)
<b>Saldos em 31.12.20</b>	<b>276.371.882</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.976.631</b>	<b>(109.426.993)</b>	<b>219.496.944</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)**

Discriminação	2020	2019	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>					
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(7.774.226)	1.037.710	12.757	(150.000)	-
Ajustes Exercícios Anteriores	-	37.788	(150.000)	-	-
Depreciações/amortização	11.339.187	-	9.467	(20.656)	-
PDD	1.155.162	267.728	-	25.959	(1.080.703)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(11.413.733)	(13.679.911)	3.714.737	13.808.204	(1.210.703)
Provisão para Contingências	626.060	(141.317)	<b>Aumento (redução) de passivos:</b>		
Aumento ou Diminuição do Valor justo	2.392.093	(17.245.257)	Fornecedores	(503.582)	688.092
<b>Lucro (Prejuízo) líquido ajustado</b>	<b>(3.675.457)</b>	<b>(29.723.260)</b>	Adiantamento de Clientes	2.461	1.919
<b>(Aumento) redução de ativos:</b>			Obrigações sociais e trabalhistas a recolher	(40.649)	(8.491)
Clientes	(1.013.558)	625.557	Impostos e contribuições a recolher	(81.634)	6.444
Adiantamentos a Terceiros	(29.152)	-	Outras contas a pagar (curto e longo prazo)	-	(59)
Impostos a recuperar	6.380	77.701	Parcelamentos fiscais	-	(134.978)
			<b>Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.927.228</b>	<b>15.048.904</b>
			<b>Caixa Operacional Líquido</b>	<b>(1.748.229)</b>	<b>(14.674.355)</b>
			<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
			Adições do Imobilizado	(130.000)	(8.312.378)
			Aquisição de intangível	-	12.074
			Imobilização em andamento	(1.080.703)	-
			<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.210.703)</b>	<b>(8.300.304)</b>
			<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
			Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.996.478)	19.001.292
			Mútuos com Partes não Relacionadas	75.200	-
			Empréstimos e financiamentos liquidados (curto e longo prazo)	5.012.544	6.251.631
			<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>3.091.265</b>	<b>25.252.923</b>
			<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>132.333</b>	<b>2.278.263</b>
			Caixa e equivalentes no início do exercício	3.323.310	1.045.047
			Caixa e equivalentes no final do exercício	3.455.643	3.323.310
			<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>132.333</b>	<b>2.278.263</b>

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

DIRETORIA: Raphael Baptista Netto - Diretor Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista - Diretor Helder Couto de Mendonça - Diretor CONTADOR: Clayton Claudinei Nogueira - CRC 1SP 306862/O-0

As demonstrações contábeis na íntegra, acompanhadas do relatório emitido pelo Auditor Independente e as Notas Explicativas, encontra-se a disposição na Sede da Companhia.

# EAD

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ensino de qualidade adaptado a você.

www.funorte.edu.br

@funorteooficial

(38) 2101-9494 | 9 8407-1291

@ funorteooficial | f funorteooficial

## VESTIBULAR ONLINE

seu futuro a um clique